

GABRIEL MOCELLIN JUNIOR – CAP QOBM

**PROGRAMA DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO PARA PRAÇAS DO CORPO
DE BOMBEIROS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Planejamento e Controle da Segurança Pública e do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Paraná, conforme Convênio firmado entre a PMPR e a Universidade Federal do Paraná.

Orientadora de metodologia: **Profª Drª Helena de Fátima Nunes Silva.**

Orientador de conteúdo: **Major QOPM Antonio Carlos do Carmo.**

**CURITIBA
2006**

Dedico este trabalho a minha sempre amada esposa Tânia que, durante a realização desse curso, incentivou-me do início ao fim. Aos meus filhos Gabriel e Giovanna pela compreensão dos momentos de ausência deste pai e aos que sempre tiveram a certeza de meu sucesso.

Agradeço a Deus por me dar sustentação e força para chegar ao fim do Curso e me permitir o alcance da vitória final.

Aos Doutores(as), Mestres, Professores e Instrutores que com grande capacidade e humildade souberam repassar seus conhecimentos.

A orientadora metodológica, Dra Helena, e meu orientador de conteúdo, Major Carmo, pela dedicação e incentivo dispensados a este aluno.

RESUMO

Título: Programa de Formação e Especialização para Praças do Corpo de Bombeiros.

Autor: Cap. QOBM Gabriel Mocellin Junior

Orientadora de metodologia: Prof^a Dr^a Helena de Fátima Nunes Silva.

Orientador de conteúdo: Major QOPM Antonio Carlos do Carmo.

A presente monografia visa apresentar os atuais currículos dos cursos de formação e especialização do Praça Bombeiro-Militar do Estado do Paraná e propor, diante da legislação pertinente, readequação com aspectos na objetividade profissional, progressividade do conhecimento, economia e atual necessidade institucional, bem como, integrar-se com maior afinidade à Matriz Curricular Nacional, proposta pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. Para tanto, realizou-se pesquisa qualitativa com base na evolução dos currículos dos Praças Bombeiros-Militares, na legislação pertinente e nos trabalhos já realizados sobre o assunto. Assim, a partir das necessidades da atividade e peculiares do Bombeiro-Militar, foi proposta sensível alteração nos currículos de formação e especialização do Soldado ao Sargento. Além disso, sugere-se a necessidade de ser designada uma comissão composta por pessoas afetas as áreas do conhecimento e atividade profissional, para que seja então implantada uma Diretriz Pedagógica. Propõe-se ainda que essa comissão seja responsável pela análise da evolução social, política e econômica do Estado, a fim de buscar a orientação e idealização de um processo de reestruturação do ensino de forma eficiente, capaz de atender bem a comunidade dentro de suas necessidades. Desta forma, que haja constante avaliação por todos os envolvidos, sobre a forma de como está se portando este processo de formação e especialização da Corporação Bombeiro-Militar.

Palavras-chave: Currículo, Praça Bombeiro-Militar, Formação e Especialização.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APH	- ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
BM	- BOMBEIRO-MILITAR
BM/1	- 1ª SEÇÃO DO ESTADO-MAIOR DO CCB
BM/3	- 3ª SEÇÃO DO ESTADO-MAIOR DO CCB
CAO	- CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
CB	- CORPO DE BOMBEIROS
CBDF	- CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL
CBO	- CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES
CCB	- COMANDO DO CORPO DE BOMBEIROS
CCVPM	- CURSO DE CONDUTOR DE VIATURA POLICIAL MILITAR
CEI	- CENTRO DE ENSINO E INSTRUÇÃO
Cel.	- CORONEL
CFC	- CURSO DE FORMAÇÃO DE CABOS
CFS	- CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS
CFSd	- CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS
CGV	- CURSO DE GUARDA-VIDAS
Cmt.	- COMANDANTE
COBS	- CURSO DE OPERAÇÕES DE BUSCA E SALVAMENTO
CPCIF	- CURSO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS
Dr.	- DOUTOR
Dr ^a .	- DOUTORA
Dez	- DEZEMBRO
Ed.	- EDITORA
GB	- GRUPAMENTO DE BOMBEIROS
Maj.	- MAJOR
N.º	- NÚMERO
Nov	- NOVEMBRO
Out	- OUTUBRO
PMPR	- POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
PM	- POLÍCIA MILITAR

PR - PARANÁ
Profª. - PROFESSORA
QOBM - QUADRO DE OFICIAL BOMBEIRO-MILITAR
QPM - QUADRO POLICIAL MILITAR
SENASP - SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
Sd. - SOLDADO
SGBI - SUBGRUPAMENTO DE BOMBEIROS INDEPENDENTE
Sgt. - SARGENTO
SIATE - SERVIÇO INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO TRAUMA EM
EMERGÊNCIAS
Sr. - SENHOR
UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DURAÇÃO ATUAL DOS CURSOS DE FORMAÇÃO.....	50
TABELA 2 – DURAÇÃO NECESSÁRIA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO	51
TABELA 3 – DURAÇÃO ATUAL DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO	51
TABELA 4 – DURAÇÃO NECESSÁRIA DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO	52
TABELA 5 – CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS SEMELHANTES NOS CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	53
TABELA 6 – SALVAMENTO AQUÁTICO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO	54
TABELA 7 – CONHECIMENTOS DO CURSO PARA A PROFISSÃO.....	57
TABELA 8 – TEMPO DO CURSO RELACIONADO AO CURRÍCULO	58

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – COMPETÊNCIAS DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL	24
QUADRO 2 – CURRÍCULO DO CFS/BM - 2006	32
QUADRO 3 – CURRÍCULO DO CFC/BM - 2006	33
QUADRO 4 – CURRÍCULO DO CFSd/BM - 2006	34
QUADRO 5 – CURRÍCULO DO CGV/BM - 2004.....	35
QUADRO 6 – CURRÍCULO DO CPCIF/Praças - 1999	35
QUADRO 7 – CURRÍCULO DO CCVPM	36
QUADRO 8 – CURRÍCULO DO COBS/Praças - 1997.....	36
QUADRO 9 – CURRÍCULO DO CURSO DE SOCORRISTAS/Praças - 2006	37
QUADRO 10 – MATÉRIAS DO CGV	41
QUADRO 11 – MATÉRIAS DO CFSd RELACIONADAS AO CGV	42
QUADRO 12 – ESQUEMA PARA ANÁLISE DE CURRÍCULO.....	47

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – CONHECIMENTOS DO CURSO PARA A PROFISSÃO	57
GRÁFICO 2 – TEMPO DO CURSO RELACIONADO AO CURRÍCULO	58

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Abordagem geral do problema	13
1.2 Justificativa.....	16
1.3 Objetivos	17
1.3.1 Objetivo geral	17
1.3.2 Objetivos específicos.....	17
2 BREVE HISTÓRICO, LEGISLAÇÃO E CURRÍCULOS VIGENTES	18
2.1 Breve histórico.....	18
2.2 A legislação de ensino na corporação	22
2.3 Composição atual dos programas de formação e especialização do Praça Bombeiro-Militar.....	30
3 METODOLOGIA	38
3.1 Caracterização do tipo de pesquisa empregada	38
3.2 Procedimentos metodológicos empregados.....	38
4 DADOS COLETADOS	40
4.1 Evolução dos currículos	40
4.2 Pesquisa sobre o assunto	41
4.3 Metodologia para elaboração e revisão de currículos.....	43
5 DISCUSSÃO DOS DADOS	50
5.1 Diagnóstico dos programas de formação e especialização do Praça BM	50
5.2 Resultados obtidos dos questionários aplicados.....	56
5.3 Perspectivas dos cursos de especialização	59
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
6.1 Propostas	62
REFERÊNCIAS.....	64

APÊNDICE - QUESTIONÁRIO 65

**ANEXO – PLANOS DE MATÉRIA DA DISCIPLINA DE SALVAMENTO
AQUÁTICO, PARA OS CURSOS DE FORMAÇÃO E
ESPECIALIZAÇÃO DOS PRAÇAS BM 66**

1 INTRODUÇÃO

Diante da globalização atual, empresas e instituições, públicas ou privadas, não podem se permitir ficar na esperança de que as mudanças necessárias para suas existências sejam trazidas pelo público que as procuram.

Neste aspecto, entende-se que um dos fatores primordiais de modernização e evolução é o investimento e especialização dos recursos humanos, visto que toda empresa almeja ter profissionais cada vez melhor preparados, a fim de atender suas necessidades.

Desta forma, a corporação Corpo de Bombeiros também atua na busca da melhor formação e especialização de seus funcionários – o Bombeiro-Militar, contudo, sente a necessidade cada vez maior de tê-lo produzindo em prol da sociedade, ao invés de mantê-lo constantemente em salas de aula.

Sob tal ótica, faz-se necessário um estudo e fim de que seja proposta uma melhoria no programa de formação e especialização do Praça Bombeiro-Militar.

1.1 Abordagem geral do problema

O Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, Instituição quase centenária e permanente, baseada na hierarquia e disciplina, tem por encargo constitucional, além das atribuições definidas em lei, a execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, buscas, salvamentos e socorros públicos,¹ devendo manter sua capacidade de resposta às necessidades da população, principalmente, no tocante à garantia da vida e proteção de bens.

¹ Constituição Estadual - DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 48. À Polícia Militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndios, buscas, salvamentos e socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei.

Esteirando nas suas responsabilidades constitucionais, a instituição deve recrutar, selecionar, formar e especializar seus recursos humanos, devendo ainda instruir e mantê-los atualizados permanentemente, objetivando aprimorar sua prestação de serviços à sociedade.

Vive-se em uma época de constantes mudanças inter e intra-organizacionais, em que as necessidades das pessoas se alteram com a renovação tecnológica e mudança de costumes, sempre motivadas por uma concorrência avassaladora.

Sob tal aspecto, o Corpo de Bombeiros deve trilhar para alcançar a excelência da qualidade em seu trabalho, com questionamento permanente de todas as suas ações em busca da inovação e melhoria na qualidade de atuação.

Neste contexto, os recursos existentes, tanto materiais como humanos, devem ser sistematicamente utilizados, com critérios técnicos que potencializem a sua aplicabilidade, objetivando o aproveitamento máximo para garantir a execução da atividade constitucional do Corpo de Bombeiros.

Na área do ensino, observa-se a realização das atividades escolares, docentes e discentes, feitas de formas tradicionais, presenciais, mantendo padrões que há muito tempo foram rigidamente constituídos, tornando a estrutura pesada. Neste caso a distância, aliada ao tempo de duração dos cursos de formação e especialização, custos com alojamentos, alimentação e infra-estrutura administrativa, oneram consideravelmente os cofres públicos.

A forma como estão sendo conduzidos o ensino e a pesquisa, compreendendo suas várias modalidades, torna difícil operar sistemas de treinamento (especialização) que possam envolver um número maior de Bombeiros-Militares.

Os cursos, por sua vez, em sua maioria, são realizados no CEI – Centro de Ensino e Instrução do Corpo de Bombeiros, cuja capacidade instalada impõe limites.

O mundo moderno é competitivo e dinâmico. Qualquer pessoa, em qualquer função ou profissão, deve estudar e atualizar-se o tempo todo. Neste aspecto,

observa-se que as atividades de ensino, no CB, envolvem grandes gastos financeiros com instrutores, deslocamentos de alunos e perda de precioso tempo.

Hoje, se uma empresa dispõe de um funcionário, em qualquer nível, por um longo período longe dela, é muito provável que este funcionário ou a vaga que ocupa seja dispensável.

Fica a indagação quanto ao que dizer do CB quando realiza cursos, principalmente os de especialização, com longa duração, retirando os praças e graduados (Soldados, Cabos e Sargentos) de suas atividades diárias, junto às unidades, subunidades e seções.

Certamente pensando nestas preocupações, hoje podemos contar com a Matriz Curricular Nacional (MCN), apresentada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), a qual em conjunto com Estados da Federação articulou e implementou o Sistema Único de Segurança Pública provocando importantes mudanças na formulação das políticas orientadoras da formação, do desenvolvimento profissional e da educação permanente de seus profissionais. O objetivo é criar o desenho de uma malha curricular que possibilite o desenvolvimento crítico e reflexivo no processo de formação dos profissionais de Segurança Pública.

Neste contexto, surge a pergunta quanto à maneira com que o CB vem desenvolvendo o ensino, se será capaz de atender a maioria dos bombeiros em todas as áreas de atividade com a mais alta qualidade e baixos custos, como exigência dos tempos modernos.

Diante do exposto, o presente trabalho pretende apresentar uma nova proposta de programa de formação e especialização dos Praças Bombeiros-Militares do Paraná, propondo adequações às exigências profissionais.

1.2 Justificativa

O presente trabalho visa apresentar um programa curricular para os cursos de formação e especialização para os Praças Bombeiros-Militares. Neste âmbito, deve ser dada ênfase na manutenção da objetividade dos conhecimentos a serem ministrados, mantendo-se isso para a área de atuação a ser desempenhada pelo profissional bombeiro, aliado ao necessário aumento da oferta de oportunidades para ascensão na carreira militar, diante da maior quantidade de cursos voltados à formação e especialização da tropa BM, uma melhor otimização do efetivo do Corpo de Bombeiros e menor gasto financeiro por parte do Estado, na formação e especialização do Praça Bombeiro-Militar.

Anualmente o Corpo de Bombeiros, por meio do CEI, propõe a realização de vários cursos de formação e especialização, conforme a necessidade de preenchimento das vagas existentes no quadro de “Praças Bombeiro-Militar”, bem como pela necessidade de especializar o efetivo nas diversas áreas de atuação operacional, diante do que, programam-se anualmente os seguintes cursos:

- Formação: Curso de Formação de Sargentos - CFS, Curso de Formação de Cabos - CFC e Curso de Formação de Soldados - CFSd;
- Especialização: Socorristas, Guarda-Vidas, Combate a Incêndios Florestais, Conductor de Viaturas e Curso de Operações de Busca e Salvamento.

Apesar da oferta, é de conhecimento que não se consegue a realização de todos os cursos programados e necessários para a corporação, devido ao exíguo espaço de tempo que resta durante o ano entre um curso e outro. Para que seja possível a conclusão de tal programação, não obstante, há a necessidade de realizar novos cursos (Mergulhador, Gestores de Bombeiros Comunitários e Emergências com Produtos Perigosos) e não apresentar calendário para tais realizações.

Partindo da mesma premissa, constata-se que o conteúdo programático dos cursos de formação e especialização, ora assemelha-se em níveis diferentes de

formação, ora tornam-se repetitivos ou desnecessários em nível de especialização. Por serem programas longos e desestimulantes para alunos e instrutores, há a necessidade que os mesmos sejam revisados, melhorados e atualizados.

Este estudo justifica-se especialmente pela relevância e importância temática da readequação dos programas de formação e especialização do Praça Bombeiro-Militar.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Apresentar proposta para readequação dos programas dos cursos de formação e especialização destinados aos Praças Bombeiros-Militares.

1.3.2 Objetivos específicos

- a) Analisar os atuais programas dos cursos de formação e especialização do Praça Bombeiro-Militar.
- b) Propor alterações dos atuais currículos, objetivando um ensino com conhecimentos a serem transmitidos de forma progressiva e em consonância com a Matriz Curricular Nacional para os profissionais de segurança pública.
- c) Apresentar de que maneira, a proposta de alteração nos programas dos cursos de formação e especialização, direcionados aos Praças Bombeiros-Militares, pode oportunizar aumento da oferta e abertura de novos cursos de especialização necessários na corporação Bombeiro Militar.

2 BREVE HISTÓRICO, LEGISLAÇÃO E CURRÍCULOS VIGENTES

2.1 Breve histórico

Tiveram início os serviços contra incêndios, em Curitiba, com uma sociedade de bombeiros voluntários, nos mesmos moldes da existente em Joinville na época. Era a “SOCIEDADE TEUTO-BRASILEIRA DE BOMBEIROS - VOLUNTÁRIOS”, fundada em 1897. Visava satisfazer premente necessidade do meio curitibano, tendo caráter supletivo, pois em virtude dos reduzidos recursos financeiros dos governos do Estado e do Município não lhes permitiam organizar um departamento contra o fogo, mantendo – Corporação de Bombeiros. E a esta lhe dar aparelhamento que a capacitasse, tecnicamente, ao completo desempenho de suas funções preventivas e combativas.

A simpática associação, por disposições estatutárias, destinava-se “a oferecer voluntariamente e na possibilidade dos seus recursos os meios para a extinção de incêndios, evitar sua propagação aos prédios vizinhos aos sinistros e promover a salvação física e material dos que fossem vitimados por esse elemento destruidor que é o fogo”.

Foi possível, com as doações espontaneamente feitas, dotar de material e uniformes o CB Voluntário de Curitiba. Havia carros (a tração era executada pelos próprios bombeiros, na falta de animais), escadas, mangueiras e pequena bomba.

Nomeados pelo Governo Estadual, em 16 de abril de 1912, partiram com destino ao Rio de Janeiro, constituídos em comissão, para participar no Corpo de Bombeiros da Capital da República, o Major FABRICIANO DO RÊGO BARROS, o Alferes SILVIO VAN ERVEN e o Alferes URIAS PIO MARTINS.

O Comandante RÊGO BARROS, durante seu estágio no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, era avisado dos freqüentes grandes incêndios ocorridos no Rio, assistindo a todas as operações a título de observação e estudos.

Os Alferes SILVIO VAN ERVEN e URIAS “corriam” como auxiliares do comando das 2^{as} bombas da 1^a prontidão (compunha-se de duas bombas cada

socorro, da estação central). Após dois meses de estágio, os citados oficiais, perfeitamente adaptados, passaram a comandar as 2^{as} bombas.

Retornaram ao Paraná, em julho de 1912, o Major FABRICIANO e o Alferes URIAS, permanecendo no Corpo de Bombeiros da Capital Federal o Alferes VAN ERVEN, objetivando ampliar os seus conhecimentos da organização dos serviços e instrução técnica.

Em 1931, cogitou-se sobre a preparação de oficiais com bases científicas.

O domínio das bases científicas da profissão e um seguro conhecimento dos fundamentos teóricos da atividade essenciais do CB no seu aspecto diretivo, isto é, dos elementos causais de sua existência, constitui base ideal para todo o bombeiro autêntico.

A teoria do fogo e seu campo de ação, a pesquisa em pirologia e o conjunto de processos hodiernos no combate ao fogo bem como os sistemas preventivos são preocupações constantes do diretor dos serviços à altura de sua responsabilidade por vidas e patrimônios alheios, cuja ameaça em sinistro lhe são ocasiões de socorro imediato.

Um “Curso Superior de Bombeiros” julgavam os mentores da Corporação.

Pensaram os mentores da corporação em 1931 – seria a pedra angular da valorização cultural e profissional da unidade de salvação pública. Esteve longe de ser difícil fundá-lo: houve oferta verbal de professores, entre diplomados ilustres (como por exemplo, do consagrado intelectual engenheiro Davi Carneiro) e havia em Curitiba, cidade universitária e bem industrializada, toda a facilidade no referente à parte prática e experimental. Existia na capital paranaense, na época, laboratório bem equipado de química aplicada, gabinetes de física superior, acessíveis à turma de alunos. Escola de Engenharia, a Faculdade de Ciências, o Instituto de Química Industrial, a Escola Superior de Agricultura para o estudo da toxidade do fogo em mato, por exemplo, os laboratórios da Polícia Técnica (perícia e causalidade), as oficinas ferroviárias, enfim, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, que expressa extensão universitária. Não se negariam, no interesse coletivo, esses notáveis

estabelecimentos, em abrir suas portas aos oficiais-alunos do “Curso Superior de Bombeiros” o “Curso Especial de Oficiais Bombeiros”.

Pensaram assim os dirigentes dos soldados do fogo em 1931.

A revolução constitucionalista de 1932 porém, distraíndo a atenção do comando para a luta armada em território do Estado, transferiu para o futuro, a criação de tão necessário centro de cultura profissional. Aplicaria o CB seus conhecimentos militares em linhas de frente.

Adiante na história da aquisição do conhecimento, oficiava o comando do CB, em 31 de março de 1947, ao Cel. Adalberto P. da Rocha Moreira, Cmt do CBDF, solicitando os programas do Curso de Formação de Oficiais daquela corporação. Consultava, outrossim, a possibilidade de sargentos do nosso CB, nas condições exigidas, nele se matriculem.

O então 1º Sgt JOÃO RIBEIRO, possuidor do curso secundário, seguiu em fevereiro de 1950 para o Rio, em cujo CB fez o curso de sargentos, com a duração de um ano. Constava do “currículum”, além de matérias profissionais, o estudo da física, da química, da hidráulica e contabilidade militar.

Completo o curso de preparação ao oficialato especializado, retornou à sua corporação de origem. Ingressou, então, no Centro de Preparação da Polícia Militar do Estado, sendo após a conclusão do curso-estágio declarado Aspirante-a-Oficial Combatente.

Seguiu novamente, acompanhado de mais dois sargentos, para fazerem o curso referente às suas graduações, para o Rio de Janeiro, diplomando-se distintamente pela Escola de Oficiais do CBDF.

Foi o tenente JOÃO RIBEIRO, então diretor da Instrução de Bombeiros em sua Unidade. Formou-se assim, bombeiro perfeito, dignificando o posto que lhe confiou o Estado do Paraná.

Quanto do início da formação dos Praças da corporação, observa-se o registro da Ordem do Dia Nº 2, de 09 Out. 1.912, na qual foram incluídos os primeiros cinco indivíduos, na condição de Praças voluntários por três anos, em

virtude de terem sido julgados aptos para o serviço de bombeiros, conforme inspeção de saúde realizada pelo Major Médico Doutor Rodolpho Antonio Lemos.

Mais tarde, conforme registrado na Ordem do Dia Nº 9, de 17 Out. 1.912, foram incluídos mais sete indivíduos nas mesmas condições e formalidades.

Diante das condições intelectuais e culturais dos incluídos voluntariamente à época, foi criada na corporação em 16 Jun. 1.913 a Escola Regimental, com a finalidade de aperfeiçoar a cultura e instrução das Praças, sendo designado como diretor de ensino o tenente da respectiva companhia, deixando-se claro que o mesmo não teria direito a remuneração alguma. Deveriam ser compostas turmas de vinte alunos em que os Praças não graduados seriam matriculados compulsoriamente, sendo o curso composto por três séries, apresentando no conteúdo matérias como: leitura e escrita, leitura corrente, cópia e ditado de trechos fáceis, formação da tabuada de multiplicar e dividir, noções elementares de gramática portuguesa etc.

Desta forma, houve necessidade de criação dos cursos de formação para as demais graduações (cabos e sargentos), os quais tiveram seus programas montados conforme as adversidades apresentadas pelas cidades, materiais, equipamentos e principalmente os recursos humanos disponíveis na época.

Não obstante, constata-se que desde os primórdios da corporação Bombeiro-Militar, existe uma busca constante na especialização do profissional bombeiro, visto que, em 27 Jan. 1955, fez-se publicar na Ordem do Dia Nº 21, a seguinte mensagem:

LE DEFI

Fica instituído neste CB o troféu LE DEFI (o desafio) destinado a escolas de recrutas, o qual será conferido ao Sd melhor classificado em cada turma, em caráter transitório, devendo ser entregue com solenidade para tal fim.

Em conseqüência o chefe do almoxarifado, faça carga do referido troféu na sala de instruções, devendo esta seção estabelecer um local para que fique sob as

vistas das praças – a fim de servir de estímulo aos demais componentes desta corporação.

Da mesma forma, observou-se uma busca pela especialização por meio dos cursos de especialização criados para atender às necessidades da instituição em ser o bombeiro aprimorado, como foi o caso da criação do curso de formação de Guarda-Vidas e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, na década de 60.

2.2 A legislação de ensino na corporação

Assim como todas as áreas de uma sociedade democrática, o ensino nas instituições militares também é regido por Leis, Decretos, Diretrizes e Normas que estabelecem as bases para o planejamento da construção do conhecimento, desenvolvimento de habilidades e fortalecimento de atitudes para agir sobre o presente e futuro dos profissionais de segurança.

No caso específico do “Programa de formação e especialização do Praça Bombeiro-Militar”, tem-se como documento norteador do ensino a Diretriz Geral de Ensino, a qual é editada pela Diretoria de Ensino da PMPR, em que temos como legislação balizadora:

- Legislação Federal

- a) Leis:

Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1.996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 83 – o ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino.

- b) Decretos:

Decreto-Lei Nº 667, de 02 de julho de 1.969, com suas alterações, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpo de Bombeiros Militares e dá outras providências;

Art. 13 – A instrução das Polícias Militares será, fiscalizada e controlada pelo Ministério do Exército, através do Estado-Maior do Exército, na forma deste Decreto-Lei.

Art. 26 – Competirá ao Poder Executivo, mediante proposta do Ministério do Exército, declarar a condição de “militar” e, assim, considerá-los reservas do Exército, aos Corpos de Bombeiros dos Estados, municípios, Territórios e Distrito Federal.

Parágrafo único. Aos Corpos de Bombeiros Militares aplicar-se-ão as disposições contidas neste Decreto-Lei.

c) Normatização pertinente:

- Matriz Curricular Nacional (MCN).

O Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, elaborou em 2003 a Matriz Curricular Nacional com objetivo de nortear as ações formativas para os profissionais da área de segurança pública.

Os currículos e programas das atividades formativas devem ser compostos por um núcleo comum (básico) e uma parte específica.

O núcleo comum recomendado pelo Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, de acordo com o documento da Matriz Curricular Nacional, é composto por disciplinas que congreguem conteúdos conceituais, procedimentais (habilidades técnicas, administrativas, interpessoais, políticas e conceituais) e comportamentais, cujo objetivo é a garantia de unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de segurança pública.

A parte específica deverá ser elaborada pela equipe de supervisão integrada de cada Estado em conjunto com as instituições envolvidas, observados os perfis profissiográficos e as competências e habilidades existentes na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

Os planos de matéria das disciplinas, anexos aos currículos dos diferentes cursos, devem conter os objetivos educacionais a serem alcançados, a justificativa, os conteúdos programáticos, as cargas horárias previstas, a frequência mínima exigida de 75% (setenta e cinco por cento), as práticas didáticas a serem adotadas, bem como a descrição do processo e instrumentos de avaliação.

MALHA CURRICULAR – termo que vem sendo utilizado para substituir GRADE CURRICULAR. Na palavra “malha” está contida a representação das disciplinas dispostas sobre algo flexível e maleável que possibilita diversas articulações entre elas.

Com este material na mão, o grupo de trabalho elaborou a primeira versão da malha curricular, mapeando também as competências (cognitivas, operativas e comportamentais) para cada uma das disciplinas propostas.

QUADRO 1 - COMPETÊNCIAS DA MATRIZ CURRICULAR NACIONAL

Competências Cognitivas	Competências Operativas	Competências Comportamentais
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Descrever o sistema de Segurança Pública. ▪ Compreender a necessidade de uma gestão integrada e comunitária do sistema de segurança pública. ▪ Descrever o papel da instituição a que pertence dentro do sistema de segurança pública. ▪ Estabelecer um panorama sobre o sistema jurídico vigente no país, essencialmente o que é pertinente aos ramos do direito aplicáveis à atuação do profissional de segurança pública. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Demonstrar controle emocional. ▪ Dominar técnicas de primeiros socorros. ▪ Transmitir mensagens via rádio. ▪ Selecionar equipamento de acordo com o tipo de ocorrência. ▪ Usar equipamento de proteção individual. ▪ Praticar exercícios físicos. ▪ Isolar local. ▪ Prever socorro de vítimas. ▪ Elaborar relatórios. ▪ Cumprir determinações judiciais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Manter-se atualizado. ▪ Manter ética profissional. ▪ Cumprir normas e regulamentos internos. ▪ Agir com civilidade e respeito. ▪ Demonstrar desenvoltura. ▪ Demonstrar coragem. ▪ Manter boa apresentação. ▪ Agir com bom senso. ▪ Agir com iniciativa. ▪ Agir imparcialmente.

FONTE: Matriz Curricular Nacional – SENASP

▪ **Legislação Estadual**

a) Leis:

Lei Nº 1.943, de 23 de junho de 1.954 – Código da Polícia Militar do Estado do Paraná:

Art. 43 – os cursos da Corporação são os seguintes:

Curso de Formação de Oficiais Combatentes;

Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais;

Curso de Equitação;

Curso de Graduados Combatentes; e

Curso de Qualificação de Soldados e Graduados.

...

§ 2º - Os cursos de qualificação de soldados e graduados são os necessários ao preenchimento das vagas existentes na Corporação.

Lei Nº 5.940, de 08 de maio de 1.969 e suas alterações – Dispõe sobre promoção de Praças:

Art. 25 – Constitui requisito básico para ingresso do Sargento em quadro de acesso:

I - ...

II – possuir o Curso de aperfeiçoamento de Sargentos ou equivalente, realizado na Corporação ou em outra Polícia Militar, para promoção a 1º Sargento ou Subtenente;

III – possuir Curso de Formação de Sargento ou equivalente, realizado na Corporação, para promoção a 2º Sargento.

Art. 35 – Contagem de pontos é o processo através do qual a Comissão afere as qualidades morais, profissionais, intelectuais e outros fatores que a conduza a estabelecer graus justos e equilibrados, com referencia ao merecimento ou não do Sargento.

Art. 36 – são registrados na ficha de merecimento pontos positivos pelos seguintes motivos:

...

IV – Cursos:

a) Formação de Sargentos realizados na corporação, pontos positivos iguais ao grau de término do curso para o acesso até 2º Sargento;

b) Aperfeiçoamento de Sargentos ou equivalente, pontos positivos iguais ao grau de término do curso para o acesso até Subtenente.

V – Cursos de Especialização – de interesse policial militar:

de duração superior a 6 (seis) meses, três pontos;

de duração superior a 3 (três) e inferior a 6 (seis) meses, dois pontos;

de duração superior a 1 (um) e inferior a 3 (três) meses, um ponto;

de duração até 1 (um) mês, ½ (meio) ponto.

Lei Nº 6.417, de 03 Jul. 1.973 – Dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 21 – A gratificação de função policial militar é devida ao policial-militar pelos cursos realizados com aproveitamento em qualquer posto ou graduação, e equivalente aos seguintes percentuais de cálculos sobre o soldo:

...

5) 35% (trinta e cinco por cento) do soldo: Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos ou equivalente;

6) 30% (trinta por cento) do soldo: Curso de Especialização de Sargento ou equivalente;

7) 25% (vinte e cinco por cento) do soldo: Curso de Formação de Sargentos; Curso de Especialização de Praças de Graduação inferior a Terceiro Sargento;

8) 10% (dez por cento) do soldo: Curso de Formação de Cabos ou Soldados.

...

§ 2º - Somente os Cursos com duração igual ou superior a 4 (quatro) meses, realizados no País ou no exterior, são computados para efeitos deste artigo.

§ 3º – Ao policial-militar que possuir mais de 1 (um) curso, somente será atribuída a gratificação de maior valor.

Lei Nº 6.774, de 08 de janeiro de 1.976 – Dispõe sobre a Organização Básica da polícia Militar do Paraná.

Art. 14 – A Diretoria de Ensino é o órgão de direção setorial do sistema de Ensino. Incumbe-se do planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de formação, aperfeiçoamento e especialização de oficiais e Praças da polícia Militar.

Art. 40 – O Corpo de Bombeiros é estruturado em órgãos de direção, órgãos de apoio e órgãos de execução.

Art. 42 – Os órgãos de apoio do Corpo de Bombeiros compreendem:

I - ...

II – Centro de Ensino e Instrução (CEI).

Art. 44 – O Centro de Ensino e Instrução é o órgão incumbido da formação técnica, da instrução de manutenção e atualização da tropa, bem como do atendimento da formação de pessoal civil para atuação na área preventiva contra incêndios.

b) Decretos:

Decreto Nº 4.509, de 21 de outubro de 1.961, com suas alterações – aprova o Regulamento do Centro de Formação e Aperfeiçoamento (RFCA), regula o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, alterado pelo Decreto Nº 1.701, de 15 de março de 1.976, pelo Decreto Nº 1.950, de 21 de dezembro de 1.992 e pelo Decreto Nº 1.080, de 14 de abril de 2.003 e regula o Curso de Formação de Oficiais (CFO), Sargentos, Cabos e Soldados;

Art. 35 – As Unidades Escolares de que trata o presente regulamento compor-se-á das Diferentes Escolas e Cursos de conformidade com o item II do art. 4º e terão a seguinte duração respectivamente:

...

5) Escola de Sargentos – 8 meses;

6) Escola de Cabos – 5 meses;

8) Escola de soldados – 6 meses.

Art. 180 – na Escola de Sargentos, o currículo escolar será o seguinte:

INSTRUÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL

1º – Português;

2º – Aritmética;

3º – Geografia do Paraná;

4º – História do Paraná;

5º – Datilografia;

INSTRUÇÃO MILITAR

6º – Armamento e Material de tiro;

7º – Infantaria (Ordem Unida e Maneabilidade, até Pelotão);

8º – Cavalaria (Ordem Unida a pé e a cavalo);

9º – Educação Física (Ginástica, jogos e Defesa Pessoal);

10º – Educação Moral, Social e Cívica;

11º – Instrução Geral;

- 12° – Legislação e Escrituração Militar;
- 13° – Topografia Militar (noções elementares);
- 14° – Higiene e Socorros de Urgência.

INSTRUÇÃO BÁSICA PROFISSIONAL

- 15° – Instrução Policial;
- 16° – Prática do Inquérito Policial e do Processo Contravencional;
- 17° – Direito Penal (noções elementares);
- 18° – Investigação Policial (noções elementares);
- 19° – Instrução Técnica e Tática de Bombeiros.

Art. 187 – Na Escola de Cabos, o currículo escolar será o seguinte:

INSTRUÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL

- 1° – Português;
- 2° – Aritmética;
- 3° – Geografia do Paraná e do Brasil;
- 4° – História do Paraná e do Brasil;

INSTRUÇÃO MILITAR

- 5° – Educação Moral, Social e Cívica;
- 6° – Instrução Geral;
- 7° – Legislação e Escrituração Militar;
- 8° - Armamento e tiro;
- 9° – Observações e Informações;
- 10° – Infantaria (Ordem Unida e Maneabilidade);
- 11° – Cavalaria (Ordem Unida a pé e a cavalo);
- 12° – Educação Física (Ginástica, jogos e Defesa Pessoal);
- 13° – Topografia (noções);

INSTRUÇÃO BÁSICA PROFISSIONAL

- 14° – Instrução Policial;
- 15° – Noções do Código Penal;

16º – Noções da Lei das Contravenções Penais;

Art. 199 – Na Escola de Soldado, o ensino compreende:

I – Primeira Fase – de 3 a 4 meses

a) ENSINO FUNDAMENTAL

1º – Português;

2º – Aritmética;

3º – Noções de Geografia e História da Pátria;

b) ENSINO PROFISSIONAL

1º – Instrução Militar (completa, comum a todos os recrutas);

II – Segunda Fase – 2 meses

a) ENSINO FUNDAMENTAL

1º – Português;

2º – Aritmética;

3º – Noções de Geografia e História da Pátria;

b) ENSINO PROFISSIONAL

1º – Instrução de Bombeiros;

2º – Instrução Policial Geral;

3º – Educação Física (Ginástica, Jogos e Defesa Pessoal);

4º – Ordem Unida.

Decreto Nº 7.532, de 13 de novembro de 1.967 – Aprova a realização dos Cursos de Controle de Tumultos, Guerra Não Convencional, Organização e Técnica de Patrulhamento, Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, Prevenção e Combate a Incêndios e Defesa Pessoal;

Decreto Nº 3.874, de 16 de junho de 1.981 – Aprova a realização dos Cursos de Técnica de Ensino, Operações Especiais, Informações, Monitor de Instrução, Operações de Busca e Salvamento, Guarda Vidas, Intensivo de Trânsito;

Decreto Nº 5.718, de 30 de novembro de 1.982 – Aprova a realização dos Cursos de Proteção a Flora e à Fauna, Mergulhador, Administração PM – Oficiais QOA;

Decreto Nº 6.084, de 14 de novembro de 1.989 – Aprova o Curso de condutor de Viatura policial (CCVP);

Decreto Nº 2.408, de 09 de agosto de 2.001 – Dá nova redação ao Art. 1º e 3º do Decreto Nº 7.532, de 13 de novembro de 1.967, aprovando a realização dos seguintes cursos: Curso de Prevenção Contra Incêndios e Curso de Prevenção e Combate a Incêndios.

Decreto Nº 4.832, de 04 de outubro de 2.001 – Aprova a realização dos Cursos de policiamento Montado e Socorrista.

Como complemento da legislação pertinente ao ensino, no tocante ao conteúdo programático dos cursos de Praças Bombeiros-Militares, também se observa o contido na Portaria Federal Nº 397, de 09 de outubro de 2002, a qual aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002, para uso em todo território nacional, na qual dentre os códigos de ocupações e suas atividades pertinentes encontramos:

- código 0311-10 Sargento bombeiro-militar = Sargento do corpo de Bombeiros Militar;

Previnem sinistros e acidentes; realizam salvamento, combatem incêndios e prestam atendimento pré-hospitalar. Controlam acidentes com produtos perigosos, comandam equipes de serviço de prontidão e chefiam guarnições. No desenvolvimento das atividades, a rapidez e a eficácia da comunicação são cruciais, tanto para atender ocorrências como para tranquilizar vítimas e orientar a população.

- código 0312-05 Cabo bombeiro-militar;

- código 0312-10 Soldado bombeiro-militar;

Realizam resgates e salvamentos; combatem incêndios; previnem acidentes e sinistros; preparam-se para ocorrências. Atendem ocorrências com produtos perigosos. Trabalham conforme normas e procedimentos técnicos, de segurança e preservação do meio ambiente. Estabelecem comunicação, triando e transmitindo informações, transmitindo e recebendo mensagens.

2.3 Composição atual dos programas de formação e especialização do Praça BM

O Centro de Ensino e Instrução do Corpo de Bombeiros é o órgão responsável em formar e especializar os Praças Bombeiros-Militares. Para tanto, preocupa-se constantemente em manter os currículos dos cursos atualizados e obedecendo a um processo contínuo e progressivo de educação sistemática que se

desenvolve desde a iniciação até os graus mais elevados de formação profissional e geral, envolvendo teoria e prática.

Neste aspecto, destaca-se com impecável descrição o contido na Diretriz Geral de Ensino – 2.006, em que se observa:

Art. 4º – O ensino militar estadual destina-se a ministrar os conhecimentos necessários aos militares estaduais integrantes da PMPR, de outras Corporações Policiais-Militares e Bombeiros-Militares de Federação, Militares Federais e, quando for o caso, a Civis que trabalhem na área de defesa social, em todos os escalões hierárquicos, para um melhor desempenho técnico-profissional, devendo observar os seguintes princípios:

I – objetividade: o ensino militar estadual visa ministrar os conhecimentos realmente necessários, levando em conta as finalidades da Polícia Militar;

II – progressividade: o ensino militar estadual deve partir, em cada curso, do nível de conhecimentos adquiridos anteriormente, evitando-se repetições desnecessárias;

III – continuidade: o ensino militar estadual deve ser um processo contínuo, evolutivo e permanente;

IV – flexibilidade: o ensino militar estadual deve proporcionar a flexibilidade necessária para adaptar a Polícia Militar (PM) à rápida evolução do país e do mundo;

V – produtividade: o ensino militar estadual deve buscar o máximo de rendimento dentro de uma didática dinâmica e expressiva, de conformidade com um novo contexto social;

VI – oportunidade: o ensino militar estadual deve proporcionar cursos que assegurem a imediata utilização dos conhecimentos adquiridos e atendam, integralmente, à busca permanente da melhoria dos padrões operacionais da Polícia Militar;

VII – iniciativa: o ensino militar estadual deve fazer permanentemente apelo à iniciativa do indivíduo ou do grupo, ao esforço individual de pesquisa, de análise e de aprofundamento da cultura profissional e geral.

Art. 9º – O Sistema de Ensino abrange três áreas de ensino:

I – Ensino Fundamental, destinado a assegurar adequada base humanística e científica, com vistas ao desenvolvimento da cultura dos integrantes da Polícia Militar;

II – Ensino Profissional, destinado a assegurar o necessário embasamento técnico, bem como à operacionalização das funções típicas da profissão, aos integrantes da Polícia Militar;

III – ensino Complementar, destinado a assegurar a prática dos ensinamentos nas áreas fundamental, instrumental e operacional.

Diante dessas premissas, a Corporação Bombeiro-Militar utiliza atualmente os seguintes currículos de formação e especialização dos Praças:

QUADRO 2 - CURRÍCULO DO CFS/BM – 2006

CURRÍCULO DO CFS – 2006			
ÁREA DE ENSINO	N.º	DISCIPLINAS CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
FUNDAMENTAL	1	POLICIA COMUNITÁRIA	10
	2	DIREITOS HUMANOS	10
	3	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR	30
TOTAL			50
INSTRUMENTAL	4	INFORMATICA	35
	5	ORDEM UNIDA	10
	6	LEGISL. E REGULAMENTO	20
	7	METODOLOGIA DO ENSINO	15
	8	DIREITO PENAL E PENAL MILITAR	30
	9	DIREITO CONSTITUCIONAL	10
	10	PRAT. PROCES. PENAL MILITAR	25
	11	EQUIP. MOTOMECANIZADO	20
	12	ADM. BOMBEIRO MILITAR	20
13	NATAÇÃO	15	
TOTAL			200
PROFISSIONAL	14	BUSCA TERRESTRE	26
	15	BUSCA AQUATICA	45
	16	COMBATE A INCÊNDIOS	50
	17	PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS	20
	18	SALVAMENTO AQUÁTICO	20
	19	SALVAMENTO TERRESTRE	20
	20	SALVAMENTO VERTICAL	40
21	SOCORROS DE URGÊNCIA	20	
TOTAL			241
COMPLEMENTAR	22	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	100
	23	À DISPOSIÇÃO DO COMANDO	60
TOTAL GERAL DO CURSO			651

FONTE: Plano de Curso do CFS/BM – CEI.

O currículo do CFS tem tempo de duração de cinco meses.

QUADRO 3 - CURRÍCULO DO CFC/BM – 2006

CURRÍCULO DO CFC – 2006			
ÁREA DE ENSINO	N.º	DISCIPLINAS CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
FUNDAMENTAL	1	CHEFIA E LIDERANÇA	15
	2	DEONTOLOGIA PM	10
	3	DIREITOS HUMANOS	10
	4	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR	26
TOTAL			61
INSTRUMENTAL	5	INFORMATICA	20
	6	ORDEM UNIDA	10
	7	LEGISL. E REGULAMENTO	20
	8	EQUIP. MOTOMECANIZADO	20
	9	NATAÇÃO	15
TOTAL			85
	10	BUSCA TERRESTRE	20
	11	COMBATE A INCÊNDIOS	14
	12	PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS	40
	13	SALVAMENTO AQUÁTICO	20
	14	SALVAMENTO TERRESTRE	40
	15	DEFESA CIVIL	10
	16	SOCORROS DE URGÊNCIA	20
TOTAL			164
COMPLEMENTAR	17	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	100
	18	À DISPOSIÇÃO DO COMANDO	40
TOAL			140
TOTAL GERAL DO CURSO			450

FONTE: Plano de Curso do CFC/BM – CEI.

O currículo do CFC tem tempo de duração de três meses.

QUADRO 4 - CURRÍCULO DO CFSd/BM - 2006

CURRÍCULO DO CFSd – 2006			
ÁREA DE ENSINO	N.º	DISCIPLINAS CURRICULARES	CARGA HORÁRIA
FUNDAMENTAL	1	CULTURA JURIDICA	50
	2	DEONTOLOGIA PM	20
	3	DIREITOS HUMANOS	15
	4	EDUCAÇÃO FÍSICA MILITAR	65
	5	FUNDAMEN. DE POL. COMUNIT.	20
TOTAL			170
INSTRUMENTAL	6	ARMAMENTO E TIRO	20
	7	ORDEM UNIDA	20
	8	COMUNICAÇÕES	20
	9	LEGISL. E REGULAMENTO	45
	10	NATAÇÃO	90
	11	REL. PUBLICAS E HUMANAS	10
	12	REDAÇÃO DE DOC. OFICIAIS	10
13	SEG. NO TRABALHO	15	
TOTAL			230
PROFISSIONAL	14	BUSCA AQUÁTICA	60
	15	BUSCA TERRESTRE	60
	16	COMBATE A INCÊNDIOS	82
	17	COMB. À INC. FLORESTAIS	30
	18	PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS	60
	19	SALVAMENTO AQUÁTICO	35
	20	SALVAMENTO TERRESTRE	40
	21	DEFESA CIVIL	15
	22	SALVAMENTO VERTICAL	50
	23	SOCORROS DE URGÊNCIA I	20
	24	SOCORROS DE URGÊNCIA II	40
	25	SOCORROS DE URGÊNCIA III	70
26	SOCORROS DE URGÊNCIA IV	80	
TOTAL			642
COMPLEMENTAR	27	ESTÁGIO SUPERVISIONADO	150
	28	À DISPOSIÇÃO DO COMANDO	100
TOAL			250
TOTAL GERAL DO CURSO			1292

FONTE: Plano de Curso do CFSd/BM – CEI.

O currículo do CFSd/BM tem tempo de duração de nove meses.

QUADRO 5 - CURRÍCULO DO CGV/BM – 2004

Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1.	- Socorros de Urgência	80
2.	- Busca Aquática	30
3.	- Salvamento Aquático	60
4.	- Natação	40
5.	- Educação Física	30
6.	- Relações Públicas e Humanas	10
7.	- Instruções Sobre Ocorrências Diárias	10
8.	- Verificação de Habilidade Específica	20
9.	- Estágio Supervisionado	100
TOTAL DA CARGA HORÁRIA		380

FONTE: Plano do Curso de Formação de Guarda-Vidas - 2004/CEI.

O currículo do CGV/BM tem tempo de duração de quatro meses.

QUADRO 6 - CURRÍCULO DO CPCIF/PRAÇAS – 1.999

Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1.	- Teoria Básica do Fogo	15
2.	- Material de Combate A Incêndios Florestais	10
3.	- Prevenção Contra Incêndios Florestais	12
4.	- Organização de Pessoal	12
5.	- Técnica e Tática de Comb. a Inc. Florestais	75
6.	- Organização de Defesa Civil Florestal	06
7.	- Educação Física Militar	16
8.	- Noções de Orientação e Navegação Terrestre	10
9.	- Socorros de Urgência	12
10.	- Noções de Uso de Aeronave	10
11.	- Clima e Riscos de Incêndios Florestais	20
12.	- À Disposição do Comando	02
TOTAL DA CARGA HORÁRIA		200

FONTE: Plano do Curso de Combate Incêndios Florestais - 1999/CEI.

O currículo do CPCIF/PRAÇAS tem tempo de duração de dois meses.

QUADRO 7 - CURRÍCULO DO CCVPM

Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1.	- Manutenção de 1º e 2º escalão	25
2.	- Direção Defensiva	30
3.	- Condução de Viatura Policial	25
4.	- Legislação de Trânsito	30
5.	- Técnica PM/BM	25
TOTAL DA CARGA HORÁRIA		135

FONTE: Plano do Curso de Conductor de Viatura PM - 2005/CEI.

O currículo do CFC tem tempo de duração de quatro meses.

QUADRO 8 - CURRÍCULO DO COBS/PRAÇAS – 1997

Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1.	- Primeiros Socorros	60
2.	- Busca Terrestre	100
3.	- Busca Aquática	114
4.	- Salvamento Terrestre	110
5.	- Salvamento Aquático	40
6.	- Educação Física Militar	60
7.	- Visitas	10
8.	- Verificações Correntes	14
TOTAL DA CARGA HORÁRIA		508

FONTE: Plano do Curso de Operações de Busca e Salvamento - 1997/CEI.

O currículo do COBS/PRAÇAS tem tempo de duração de quatro meses.

QUADRO 9 - CURRÍCULO DO CURSO DE SOCORRISTAS/PRAÇAS – 2006

Nº	DISCIPLINA	CARGA
ENSINO FUNDAMENTAL		
1.	Introdução ao APH	5
2.	Anatomia e fisiologia 1 (médico)	9
3.	Anatomia a fisiologia 2 (médico)	9
4.	Cinemática do trauma	4
5.	Biossegurança 1 (médico ou enfermeiro)	2
6.	Biossegurança 2 (médico ou enfermeiro)	4
7.	Rotinas operacionais 1	1
8.	Rotinas operacionais 2	1
9.	Educação Física	25
TOTAL DA CARGA HORÁRIA – ENSINO FUNDAMENTAL		60
ENSINO PROFISSIONAL		
1.	Direção defensiva	16
2.	At. Inicial à vítima de trauma 1 (médico)	14
3.	At. Inicial à vítima de trauma 2 (médico)	10
4.	Vias Aéreas e oxigenoterapia 1 (médico)	6
5.	Vias Aéreas e oxigenoterapia 2 (médico)	6
6.	Ressuscitação Cardiorespiratória (médico)	22
7.	Ferimentos, Bandagens, Hemorragia e Choque 1	4
8.	Ferimentos, Bandagens, Hemorragia e Choque 2	10
9.	Trauma Músculo Esquelético	22
10.	Imobilizações e remoções 1	4
11.	Imobilizações e remoções 2	36
12.	Afogamento	6
13.	Traumatismos Específicos 1	9
14.	Traumatismos Específicos 2	8
15.	Assistência ao Parto e RN	5
16.	Emergências Clínicas 1	5
17.	Emergências Clínicas 2	5
18.	Interv. Em Crises e Pacientes Especiais	3
19.	Acidentes com Múltiplas Vítimas	5
20.	Acidentes com produtos Perigosos	6
21.	Humanização	2
22.	Proced. no Atendimento com Transp. Aeromédico	5
TOTAL DA CARGA HORÁRIA – ENSINO PROFISSIONAL		199
ENSINO COMPLEMENTAR		
1.	Estágios hospitalares	12
2.	Estágios em ambulâncias	30
3.	Atendimentos simulados 1	8
4.	Atendimentos simulados 2	8
5.	Atendimentos simulados 3	8
TOTAL DA CARGA HORÁRIA – ENSINO		76
Total de horas aulas do Curso		335

FONTE: Plano do Curso de Socorristas – 2.006/CEI.

O currículo do curso de socorristas / praças tem tempo de duração de quatro meses.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização do tipo de pesquisa empregada

Foi realizada pesquisa qualitativa amparada em estudo comparativo dos programas de formação e especialização dos Praças Bombeiros-Militares atualmente existentes na corporação, com a proposta de alteração dos mesmos mediante análise de questionário aplicado aos alunos do Curso de Formação de Soldados e aos de Formação de Sargentos, ocorridos no ano de dois mil e seis.

3.2 Procedimentos metodológicos empregados

Diante da legislação vigente, foram analisados os atuais programas de formação e especialização dos Praças Bombeiros-Militares, sendo proposta a readequação dos mesmos com base nas necessidades da corporação, na Classificação Brasileira de Ocupações, na Matriz Curricular Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e no prescrito na Metodologia para Elaboração e Revisão de Currículos – MERC.

Foram elaborados quadros sinóticos das grades (malhas) curriculares a serem propostas para os cursos de formação e especialização da corporação.

Na seqüência, foram analisados os dados sobre o tempo de duração e conteúdo dos cursos de formação e especialização, dos Praças Bombeiros-Militares.

Para tal análise, foram aplicados questionários aos alunos do curso de formação de Soldados e de Sargentos Bombeiros-Militares, em funcionamento no ano de 2006, objetivando saber se os conhecimentos ministrados durante o curso atenderam as necessidades da função hierárquica que irão exercer e, se o tempo de duração do curso foi suficiente para cumprimento do currículo proposto; Diante do que, formulou-se o seguinte:

1ª pergunta: Para o desempenho das atividades Bombeiro-Militar que você irá executar, os conhecimentos ministrados durante o curso foi:

- a) () além do necessário;
- b) () suficientes;
- c) () insuficiente.

2ª pergunta: A duração (tempo) do curso que você frequentou, em relação ao currículo, foi:

- a) () longo demais;
- b) () ideal;
- c) () reduzido.

O resultado obtido e análise das respostas, encontram-se apresentadas no item 5.2 do presente trabalho, onde também se faz constar conclusão dos demais procedimentos adotados.

Finalmente foi elaborado um quadro comparativo do programa atual e do proposto, visando destacar as vantagens para a corporação e seus Praças, além de destacar as necessidades de alteração na legislação de ensino da corporação.

4 DADOS COLETADOS

Com base na crescente necessidade de alocação de recursos humanos para se fazer frente às ocorrências operacionais, constatamos que o Praça Bombeiro-Militar deve ter sua formação e especialização voltada à qualificação de um profissional preparado para atender ao anseio da comunidade em suas necessidades de socorro, em todo o espectro que o Corpo de Bombeiros oferece à população.

Não obstante, a formação e especialização do Praça BM deve ser objetivada ao fim que se destina e principalmente, dentro da legislação pertinente ao ensino, para ao final, culminarmos com a obtenção de um profissional completo.

Desta forma, foi realizada pesquisa da origem e evolução dos programas dos cursos de formação e especialização voltados ao Praça Bombeiro-Militar, analisados os referidos currículos atuais e a legislação pertinente sendo feito levantamento de pesquisas sobre o assunto.

4.1 Evolução dos currículos

Oportuno se faz ressaltar que, apesar de ter sido verificado na história do ensino da corporação, em que se pôde buscar dentre os primeiros cursos e os até hoje criados, bem como, na legislação pertinente ao assunto, nada pode ser apurado sobre de que maneira científica foram estabelecidos e como são alterados os currículos de tais cursos. Após buscas no sentido de localizar alguma corporação semelhante que pudesse dispor de tal informação, nenhuma resposta foi obtida.

As pesquisas referidas foram baseadas em busca de *sites da internet*, tendo como palavras-chave para busca: programa bombeiro-militar, formação bombeiro-militar, currículo bombeiro-militar, corporação bombeiro-militar e bombeiro-militar.

Desta forma, pode ser concluído por dedução que os currículos alteram-se ao longo do tempo, basicamente em cumprimento da legislação vigente e pela peculiaridade em se ministrar determinada disciplina na corporação, visto que com o

acatamento destas, não restam dúvidas quanto às necessidades indispensáveis para a produção ou alteração de currículos dos cursos de qualquer corporação militar.

4.2 Pesquisa sobre o assunto

Em trabalho de monografia recentemente apresentado por PRESTES, Cap. QOBM (2005), foram realizadas análise, comparações e questionários com enfoque no Curso de Formação de Soldados com os Cursos de Especialização de Socorristas e Guarda-Vidas, no qual concluiu-se com propriedade a necessidade de reformulação dos currículos destes dois últimos, visto que o tempo destinado à habilitação do Bombeiro-Militar em tais especialidades apresenta-se longo em relação às necessidades da corporação, não obstante os referidos Cursos de Especialização terem conteúdos em sua maioria idênticos e repetitivos quando comparados com o currículo do Curso de Formação de Soldados Bombeiros-Militares.

Segundo PRESTES (2005, p.24), do comparativo entre o CFSd/BM e o CGV/BM obteve-se o seguinte resultado:

O curso de Guarda-Vidas foi instituído em 1981, e a partir de 2002 deixou de ser realizado pelas unidades operacionais e passou a ser realizado exclusivamente pelo Centro de Ensino e Instrução. O Curso de Formação de Guarda-Vidas tem duração de quatro meses sendo um mês teórico-prático e três meses de estágio nas areias do Litoral Paranaense.

QUADRO 10 - MATÉRIAS DO CGV

Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1.	- Socorros de	80
2.	- Busca Aquática	30
3.	- Salvamento	60
4.	- Natação	40
5.	- Educação Física	30
6.	- Relações Públicas e	10
7.	- Instruções Sobre	10
8.	- Verificação de	-
9.	- Estágio	100
TOTAL DA CARGA HORÁRIA		380

Fonte: Plano de Curso de Formação de Guarda-Vidas/CEI.

Estas matérias são relacionadas com disciplinas do Curso de Formação de Soldados Bombeiro-Militar da seguinte maneira:

QUADRO 11 - MATÉRIAS DO CFSd RELACIONADAS AO CGV

Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
1.	- Socorros de Urgência I, II, III e IV	210
2.	- Busca Aquática	50
3.	- Salvamento Aquático	40
4.	- Natação	90
5.	- Educação Física	90
6.	- Relações Públicas e Humanas	10
7.	- Instruções Sobre Ocorrências Diárias	-
8.	- Verificação de Habilidade Específica	-
9.	- Estágio Supervisionado	-
TOTAL DA CARGA HORÁRIA		490h

Fonte: Plano de Curso de Formação de Guarda-Vidas/CEI.

Nota-se pela comparação entre as Tabelas 5 e 6, que a maioria dos aspectos abordados no Curso de Formação de Guarda-Vidas, são também abordados no Curso de Formação de Soldados Bombeiro Militar, sendo necessário somente a complementação do conteúdo na formação posterior.

Ainda de acordo com os mesmos parâmetros de PRESTES, quanto ao comparativo do CFSd com o Curso de Socorristas, concluiu:

A formação atual de um Bombeiro-Militar para exercer a atividade de Socorrista no Corpo de Bombeiros do Paraná, se dá em duas etapas, bastante distintas, a Formação como Soldado Bombeiro-Militar e a formação *à posteriori*, para a atividade de Atendimento Pré-Hospitalar.

Diante desta correta afirmação, o que se tem é a formação básica do Soldado Bombeiro-Militar como já foi apresentado anteriormente, em que são ministradas 210 (duzentas e dez) horas na disciplina de socorros de urgência, e que coloca o soldado em condições de exercer as atividades inerentes à profissão de Bombeiro-Militar de forma a atender toda a gama de ocorrências com que este possa se defrontar, uma formação criteriosa e extensa. Contudo, o que se dá em seguida, passa-se à especialização no Atendimento Pré-Hospitalar, com o Curso de Socorristas, que possui duração de aproximadamente 4 meses, cujo conteúdo

curricular é basicamente semelhante, pois, alteram-se apenas na quantidade de aulas práticas.

Como se pode ver, existe uma flagrante repetição de temas abordados em ambos os cursos.

4.3 Metodologia para elaboração e revisão de currículos

Conforme obra publicada pelo Ministério da Educação e Cultura em 1.978, com o tema Metodologia para Elaboração e Revisão de Currículos - MERC, podemos constatar alguns aspectos.

Currículo, pode ser entendido, em sentido estrito, como o plano da atividade educacional a ser desenvolvida (curso ou estágio). Como tal, ele é constituído dos seguintes elementos: objetivos do curso ou estágio; relação das disciplinas a serem ensinadas; objetivo de cada disciplina e carga horária destinada ao ensino de cada uma.

Para elaborar-se um currículo, desenvolve-se uma série de operações que podem ser agrupadas nas seguintes frases:

- delimitação e descrição dos objetivos gerais da atividade educacional (curso ou estágio);
- seleção das disciplinas e descrição dos objetivos particulares de cada uma delas;
- seleção dos assuntos de cada disciplina e descrição dos objetivos específicos dos assuntos;
- escolha dos procedimentos didáticos;
- determinação da carga horária;
- trabalhos complementares.

Para que estas operações possam ser executadas objetivando a elaboração de um currículo deve-se, de maneira geral, envolver o maior número possível de pessoas. Por outro lado, é necessário que as pessoas participantes de um trabalho dessa natureza possuam, além de conhecimentos sobre a função considerada, a formação pedagógica necessária à identificação dos objetivos educacionais e à compreensão dos diversos procedimentos didáticos.

Portanto, todo estabelecimento de ensino que receber a missão de elaborar um currículo para formar especialistas em determinada função deve construir uma comissão da seguinte maneira:

- Chefe: - Subdiretor de Ensino ou Chefe da Divisão de Ensino.
- Membros: - um oficial que tenha experiência na função;
 - um instrutor ou professor;
 - um oficial integrante da STE (Seção Técnica de Ensino).

Essa comissão não executará todo o trabalho da elaboração do currículo, mas ordenará e orientará todas as operações necessárias à sua elaboração.

Para a delimitação e descrição dos objetivos gerais do curso ou estágio, deve ser observado:

1. Delimitação:

- a análise ocupacional é elaborada por pessoal especializado;
- a listagem inicial das atividades e a identificação dos objetivos gerais do curso são feitas pela comissão encarregada por elaborar o currículo.

2. Descrição:

- é realizada pela comissão encarregada por elaborar o currículo.

Para a seleção das disciplinas e descrição dos objetivos particulares de cada disciplina, deve ser observado:

a) Seleção:

- É uma operação realizada por professores ou instrutores sob a orientação da comissão encarregada de elaborar o currículo. Para isso deve-se selecionar, dentro das Seções de Ensino, um grupo de no mínimo cinco docentes em áreas do conhecimento humano julgadas necessárias para a execução das atividades constantes da listagem inicial. A este grupo de cinco professores caberá indicar as disciplinas que constituirão o currículo, levando em conta não só a listagem inicial, mas também a formação mínima necessária.

b) Descrição:

- deve ser feita por grupos de professores ou instrutores, recomendando-se para cada disciplina um grupo de três professores. Esses grupos trabalharão sob orientação da comissão encarregada de elaborar o currículo.

A determinação da carga horária necessária à consecução de cada objetivo específico é feita dentro do grupo de trabalho referido no item anterior. O reajuste da carga horária de cada disciplina, proporcional ao tempo disponível para o curso, deve ser atribuído à comissão encarregada de elaborar o currículo.

No tocante à metodologia para revisão de currículos, podemos encontrar:

- Conceitos básicos
- a. As modificações a serem introduzidas em um currículo resultam de observações a respeito de sua própria execução.

Os estabelecimentos de ensino devem estar preparados para que as revisões curriculares se façam dentro de uma sistemática de trabalho. Para isso é fundamental coletar o maior número possível de dados sobre a execução do currículo.

b. De maneira geral, as reformulações curriculares podem ocorrer:

- nos objetivos gerais do curso;
- no rol de disciplinas que compõem o currículo;

- nos objetivos das disciplinas e dos diversos assuntos que as integram;
 - na discriminação dos assuntos de uma disciplina;
 - nos procedimentos didáticos preconizados;
 - na carga horária dos assuntos e das disciplinas;
 - no sistema de avaliação do rendimento da aprendizagem.
- c. É essencial, entretanto, que as reformulações só se façam à luz de observações colhidas pela Direção de Ensino no decorrer da execução do currículo. Para isso é necessário dispor de uma série de instrumentos coletores de dados que, uma vez interpretados, orientarão as modificações curriculares.
- d. As modificações curriculares, nos moldes preconizados por este documento, pressupõem a necessidade de periodicidade para o currículo (três anos letivos, por exemplo), dentro da qual as revisões curriculares se limitam ao mínimo indispensável à boa execução do ensino. Dentro desse período somente deverão ser feitas alterações visando:
- substituir procedimentos didáticos que comprovadamente não tenham apresentado resultados positivos;
 - atender a uma necessidade urgente do Exército, que determine a inclusão de novos assuntos dentro das disciplinas;
 - fazer ligeiras modificações no sistema de avaliação do rendimento da aprendizagem (número de provas, datas de aplicação etc.).

A revisão de um currículo pressupõe uma série de operações que antecedem ao próprio ato da modificação curricular. Essas operações, no entanto, são fundamentais para a concretização de qualquer alteração que o currículo venha a sofrer. Portanto, o método de revisão de currículo engloba não só operações preliminares mas também o próprio ato de modificação curricular e se desenvolve nas seguintes etapas:

- coleta de dados;

- organização e interpretação dos dados;
- modificação curricular.

Diante das duas primeiras etapas acima citadas, pode ser realizado um esquema para análise dos dados colhidos, em que a seguir, apresenta-se um exemplo de como é possível traçar um diagnóstico sobre determinados aspectos do currículo, partindo de dados colhidos em questionários e dos resultados da avaliação do rendimento da aprendizagem. O valor desse tipo de análise é função da experiência pedagógica do analista.

QUADRO 12 - ESQUEMA PARA ANÁLISE DE CURRÍCULO.

ASPECTOS	DIAGNÓSTICOS POSSÍVEIS	INDÍCIOS
Assuntos integrantes da disciplina	a. Não adequados aos objetivos da disciplina.	- opinião do professor ou instrutor.
	b. Não apresentam a motivação do aluno.	- percentagem considerável de respostas dos alunos. - Procedimento didático inadequado. - Rendimento insuficiente da aprendizagem dos alunos.
Carga horária destinada à disciplina e a cada assunto.	a. Insuficiente	- Opinião do professor ou instrutor. - Rendimento insuficiente da aprendizagem dos alunos.
	b. Excessiva	- percentagem considerável de respostas dos alunos. - Opinião do professor ou instrutor.

FONTE: Metodologia para Elaboração e Revisão de Currículos.

Quanto à modificação curricular, a decisão de fazer alterações no currículo deve ser tomada à luz dos dados colhidos durante a sua execução levando em conta a interpretação desses dados.

As modificações curriculares podem incidir sobre:

- os objetivos gerais do curso;
- o rol de disciplinas;
- os objetivos particulares das disciplinas;
- os assuntos integrantes de cada disciplina;
- os objetivos específicos dos assuntos;
- os procedimentos didáticos empregados;
- a carga horária do curso, das disciplinas e / ou dos assuntos;
- o sistema de avaliação do rendimento da aprendizagem;
- as atividades extra-classe.

As modificações nos objetivos gerais do curso poderão ser feitas para:

- definir precisamente os objetivos gerais;
- adequar esses objetivos às necessidades institucionais;
- incluir novos objetivos.

Modificações na relação de disciplinas têm em vista:

- retirar disciplinas da relação;
- acrescentar disciplinas que não constavam da relação;
- integrar disciplinas.

Modificações na carga horária poderão ser feitas para:

- aumentar ou diminuir a carga horária do curso;
- aumentar ou diminuir a carga horária destinada às disciplinas;
- aumentar ou diminuir a carga horária destinada ao assunto.

Quanto às condições de execução para revisão de currículos, poderão ser feitas pela Seção Técnica de Ensino e por uma Comissão de Revisão de Currículos.

À Seção Técnica de Ensino cabe, por meio da Subseção de Planejamento e Pesquisa, as tarefas de coletar, organizar e interpretar os dados necessários para avaliar a eficiência e a eficácia do currículo. Para isso é necessário que se organize um sistema de distribuição e recebimento de questionários em cooperação com outros órgãos escolares.

Com base nos dados colhidos, nas interpretações desses dados e de outros elementos julgados oportunos e adequados, a Comissão de Revisão de Currículos decidirá sobre as modificações curriculares a serem realizadas.

Essa comissão deverá ter a seguinte constituição:

- Chefe: – Subdiretor de Ensino ou Chefe da Divisão de Ensino.
- Membros: - Chefes das Seções de Ensino, Chefe da Seção Técnica de Ensino, dois oficiais que tenham conhecimentos sobre a atividade considerada.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após os levantamentos realizados e colocados em tela, os quais foram observados quanto à evolução do ensino militar, apresentada a legislação pertinente e situação estudada recentemente, resta que seja proposta a readequação necessária nos currículos destinados ao ensino dos Praças do Corpo de Bombeiros.

Sob tal aspecto, procurou-se analisar e buscar uma maior objetividade nos cursos de formação e especialização do Praça BM, a fim de se constituírem em cursos realmente focados num ensino indispensável à profissão Bombeiro-Militar, porém com progressividade de conhecimentos, desta forma, disponibilizando tal profissional o mais breve possível para o emprego das atividades necessárias e com aptidões inerentes às missões da corporação.

5.1 Diagnóstico dos programas de formação e especialização do Praça BM

Diante da análise dos atuais currículos dos cursos de formação e especialização do Praça Bombeiro-Militar, constata-se que os mesmos estão assim constituídos em relação às suas durações:

TABELA 1 - DURAÇÃO ATUAL DOS CURSOS DE FORMAÇÃO

CURSO	CARGA HORÁRIA	DURAÇÃO
CFS/BM	651	5 meses / 20 semanas
CFC/BM	450	3 meses / 12 semanas
CFSd/BM	1292	9 meses / 36 semanas

Considerando-se que está estabelecido na atual Diretriz Geral de Ensino que uma hora-aula é composta normalmente por 50 minutos de duração, diante do que podemos subentender:

- 01 hora-aula = 00:50 minutos;
- 01 dia de aula = 08 horas-aula;

- 01 semana de aula = 40 horas-aula;
- 04 semanas de aula = 160 horas-aula.

Neste aspecto, poderiam ser programados cursos com a seguinte duração:

TABELA 2 - DURAÇÃO NECESSÁRIA DOS CURSOS DE FORMAÇÃO

CURSO	DURAÇÃO ATUAL	DURAÇÃO NECESSÁRIA
CFS/BM	5 meses / 20 semanas	17 semanas
CFC/BM	3 meses / 12 semanas	12 semanas
CFSd/BM	9 meses / 36 semanas	33 semanas

Nesta análise, é possível diminuir o CFS em três semanas e o CFSd também em três e, com estas seis semanas seria possível a realização de algum curso de especialização, conforme se vê a seguir:

TABELA 3 - DURAÇÃO ATUAL DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

CURSO	CARGA HORÁRIA	DURAÇÃO
CGV/BM	380	4 meses / 14 semanas
CPCIF	200	2 meses
CCVPM	135	4 meses
COBS	508	4 meses
SOCORRISTA	335	4 meses

Diante do que, se observa:

TABELA 4 - DURAÇÃO NECESSÁRIA DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

CURSO	DURAÇÃO ATUAL	DURAÇÃO NECESSÁRIA
CGV/BM	4 meses / 14 semanas	10 semanas
CPCIF	2 meses / 8 semanas	5 semanas
CCVPM	4 meses / 16 semanas	4 semanas
COBS	4 meses / 16 semanas	13 semanas
SOCORRISTA	4 meses / 16 semanas	9 semanas

As comparações acima apresentadas referem-se somente ao fato da possibilidade da diminuição da duração dos cursos de formação e especialização, sendo que tais condutas iriam ser sensivelmente sentidas nas unidades operacionais, em que a ausência do bombeiro para a realização de cursos seria menor; contudo, faz-se necessário levar em consideração principalmente questões primordiais do ensino vistas e previstas na legislação pertinente, ou seja, os princípios da objetividade: o ensino militar estadual visa ministrar os conhecimentos realmente necessários, levando em conta as finalidades da Polícia Militar; progressividade: o ensino militar estadual deve partir, em cada curso, do nível de conhecimentos adquiridos anteriormente, evitando-se repetições desnecessárias; continuidade: o ensino militar estadual deve ser um processo contínuo, evolutivo e permanente; oportunidade: o ensino militar estadual deve proporcionar cursos que assegurem a imediata utilização dos conhecimentos adquiridos e atendam, integralmente, à busca permanente da melhoria dos padrões operacionais da Polícia Militar; e iniciativa: o ensino militar estadual deve fazer permanentemente apelo à iniciativa do indivíduo ou do grupo, ao esforço individual de pesquisa, de análise e de aprofundamento da cultura profissional e geral.

Diante destes princípios, vemos no contexto dos currículos dos cursos de formação e especialização certa repetição de disciplinas, as quais, pelos seus objetivos gerais demonstram que a especialização esperada do Bombeiro-Militar deve ser repensada.

TABELA 5 - CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS SEMELHANTES NOS CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO

DISCIPLINA \ CURSOS	CFS	CFC	CFSd	CGV	CPCIF	COBS
DIREITOS HUMANOS	10	10	15	-	-	-
EDUCAÇÃO FÍSICA	30	26	65	30	-	60
ORDEM UNIDA	10	10	20	-	-	-
LEGISL. E REGULAMENTO	20	20	45	-	-	-
NATAÇÃO	15	15	90	40	-	-
BUSCA AQUÁTICA	45	-	60	30	-	114
BUSCA TERRESTRE	26	20	60	-	-	100
COMBATE Á INCÊNDIOS	50	14	82	-	X	-
PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS	20	40	60	-	-	-
SALVAMENTO AQUÁTICO	20	20	35	60	-	40
SALVAMENTO TERRESTRE	20	40	40	-	-	110
SOCORROS DE URGÊNCIA	20	20	210	80	12	60

Os Planos de Matéria acima devem ser submetidos a uma comissão de ensino, a fim de que seja possível avaliar se os mesmos apresentam ou não repetição de objetivos gerais e específicos, se atendem ou não aos princípios do ensino e, a partir disso serem reformulados.

Desta forma, não sendo foco precípua deste trabalho apresentar comparações entre os Planos de Matéria, mas sim despertar a necessidade de serem revistos os programas de formação e especialização dos Praças do Corpo de Bombeiros, acompanha como anexo integrante deste trabalho, o Plano de Matéria da disciplina de Salvamento Aquático, a fim de servir como exemplo, com uma

daquelas que mais se repetem nos cursos de formação e especialização, como citado anteriormente na TABELA – 5, oportunizando assim um futuro estudo sobre o tema.

Para tanto, podemos observar o que pode ser constatado na disciplina de Salvamento Aquático, em que temos:

TABELA 6 - SALVAMENTO AQUÁTICO NOS CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO

Curso	Carga horária	Objetivos particulares	Objetivos específicos
CFSd	35	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver conhecimentos e condições que capacitem os alunos a realizar salvamentos aquáticos em operações de emergência. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conceito e considerações de salvamento aquático; ▪ Materiais e equipamentos de salvamento aquático; ▪ Exercícios e treinamentos para a aprendizagem das técnicas de salvamento aquático.
CFC	15	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprimorar as técnicas de salvamento em meio líquido, dando ênfase em situações de praia e mar; ▪ Ampliar aspectos de prevenção aos acidentes em meio líquido. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fundamentos do salvamento aquático; ▪ Prática em mar.
CFS	20	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver conhecimentos e condições que capacitem os alunos a realizar salvamentos aquáticos em operações de emergência. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conceito e considerações de salvamento aquático; ▪ Materiais e equipamentos de salvamento aquático; ▪ Exercícios e treinamentos para a aprendizagem das técnicas de salvamento aquático.
CGV	60	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver conhecimentos e condições que capacitem os alunos a realizar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conceito e considerações de salvamento aquático; ▪ Materiais e equipamentos

		salvamentos aquáticos em operações de emergência.	de salvamento aquático; <ul style="list-style-type: none"> ▪ Exercícios e treinamentos para a aprendizagem das técnicas de salvamento aquático; ▪ Exercícios simulados de salvamento aquático.
COBS	40	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver conhecimentos e condições que capacitem os alunos a realizar salvamentos aquáticos em operações de emergência. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecer as técnicas convencionais de salvamento aquático; ▪ Simular ações de salvamento aquático em piscina.

Da tabela acima, não resta dúvida quanto ao objetivo deste trabalho, que tem o intuito de apresentar a necessidade de reformulação dos currículos destinados aos Praças BM, visto que os objetivos particulares e específicos da disciplina de Salvamento Aquático, ministrada nos cursos de formação e especialização, contêm basicamente as mesmas metas a serem atingidas ao final da disciplina, não obstante serem os cursos de formação destinados a graduações diferentes (soldados, cabos e sargentos) e os cursos de especialização destinados a aperfeiçoar o profissional numa determinada área. Desta forma, fica claro que os princípios norteadores do ensino não estão sendo aplicados.

Seguindo a mesma análise, detecta-se que as intenções propostas quanto à definição dos objetivos a serem atingidos na disciplina, não estão corretamente propostas, visto que conforme preconizado pela Metodologia para elaboração e Revisão de Currículos, o enunciado de um objetivo deve descrever o comportamento que se deseja obter do aluno. Quando o aluno “exercita” este comportamento, pode-se constatar que ele atingiu o objetivo.

Temos então, que a definição adequada de um objetivo é aquela que consegue comunicar a intenção educacional, ou melhor, é a que exclui o maior número possível de variantes em relação ao objetivo final.

Há diversas maneiras de como redigir objetivos, no entanto, existe um método bem simples para conseguir essa descrição.

Em primeiro lugar, deve-se identificar o comportamento por seu nome, determinando qual o tipo de desempenho que será considerado como prova da consecução do objetivo pelo aluno.

Em segundo lugar, devem ser descritas as principais condições em que o comportamento deve se manifestar.

A característica essencial de um objetivo bem expresso reside no fato de que ele deve identificar o tipo de desempenho a ser aceito como prova evidente de que o aluno atingiu o objetivo.

5.2 Resultados obtidos dos questionários

A atividade educacional não deve visar unicamente ao desenvolvimento de gestos necessários a uma tarefa especializada, mas sim à formação de elementos capazes não só de iniciativa e responsabilidade, mas também de se manterem a par do progresso técnico e se adaptarem a ele. Por outro lado, é preciso considerar que determinadas atividades funcionais são projetadas dentro de uma instituição. Neste caso é necessário saber, além do que a atividade funcional é em si, o que ela deveria ser, para preencher um espaço dentro da estrutura institucional. Esses motivos determinam que dois outros elementos sejam adicionados à análise ocupacional, na reflexão sobre os objetivos do curso. Esses elementos são os instrumentos legais que regulam a função ou a atividade (Leis, Regulamentos, Portarias etc.) e a projeção de uma formação geral capaz de possibilitar, não só a compreensão da técnica, mas também, o acompanhamento da evolução tecnológica conseqüente ao desenvolvimento científico.

É preciso ter em mente que o sistema de revisão não é simplesmente uma elaboração de currículos, mas uma reestruturação profunda, da qual dentre suas fases existe a de coleta de dados provenientes das informações dos alunos ou ex-alunos, possibilitando análise e fundamentação numa possível mudança.

Neste contexto, após análise dos questionários (Apêndice 1) aplicados em 40 (quarenta) alunos do Curso de Formação de Soldados – CFSd e 36 (trinta e seis)

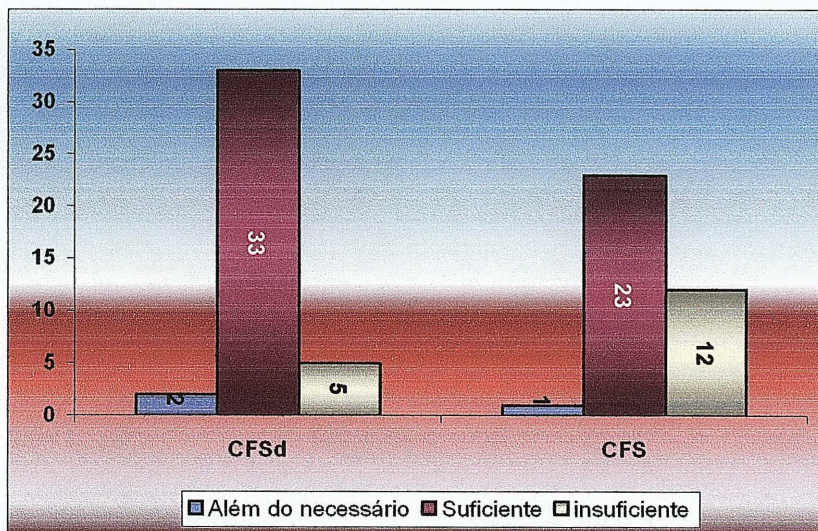
alunos do Curso de Formação de Sargentos – CFS, ambos realizados em 2006, obteve-se o seguinte resultado:

PERGUNTA 1: Para o desempenho das atividades Bombeiro-Militar que você irá executar, os conhecimentos ministrados durante o curso foram:

TABELA 7 - CONHECIMENTOS DO CURSO PARA A PROFISSÃO

	CFSd	CFS
Além do necessário	02	01
Suficiente	33	23
Insuficiente	05	12

GRÁFICO 1 - CONHECIMENTOS DO CURSO PARA A PROFISSÃO



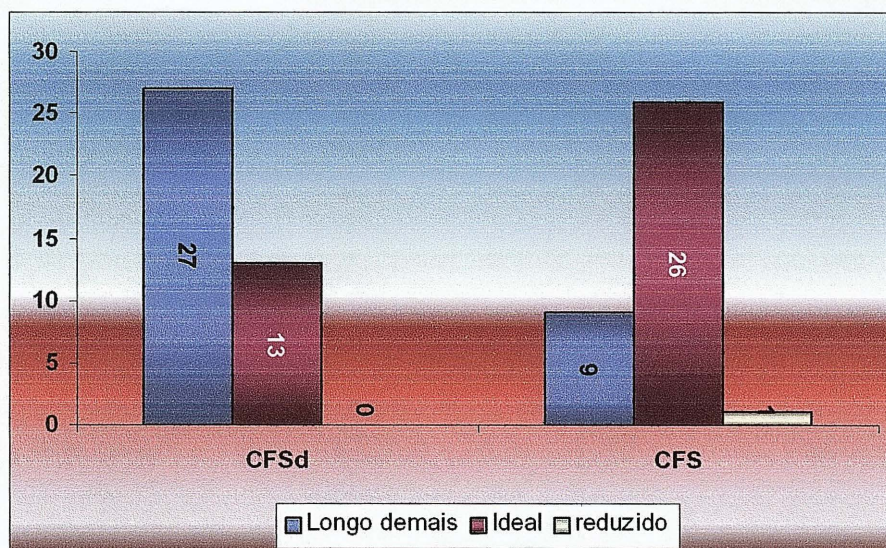
Conclui-se que os conhecimentos ministrados nos cursos CFSd e CFS atendem às necessidades dos profissionais quanto às exigências de suas responsabilidades.

PERGUNTA 2: A duração (tempo) do curso que você freqüentou, em relação ao currículo, foi:

TABELA 8 - TEMPO DO CURSO RELACIONADO AO CURRÍCULO

	CFSd	CFS
Longo demais	27	09
Ideal	13	26
Reduzido	00	01

GRÁFICO 2 - TEMPO DO CURSO RELACIONADO AO CURRÍCULO



Conclui-se que o CFSd é considerado longo demais em relação ao currículo existente e o CFS demonstra obter um currículo adequado às necessidades da corporação e expectativa dos alunos.

Diante do acima e, corroborando com o até então pesquisado, constata-se que os conteúdos dos cursos destinados aos Praças BM possuem disciplinas afetas ao ensino profissional bombeiro-militar, ou seja, apresentam ensinamentos suficientes para o desempenho da função, porém, apresentam carga horária que pode ser diminuída, sendo tal observação mais nítida na formação de soldados, em que cerca de 70% (setenta por cento) dos alunos formados na última escola (no ano

de dois mil e seis) consideraram o curso longo demais em relação ao currículo executado.

5.3 Perspectivas dos cursos de especialização

Do significado apresentado por Buarque de Holanda Ferreira, AURÉLIO (1.977, p.197), encontramos:

Especialidade: 1. Qualidade de especial. 2. coisa muito fina ou rara. 3. Trabalho, profissão (ou rama dentro de uma profissão).

Especialista: Pessoa que se dedica a determinada especialidade.

Especializar: 1. Mencionar ou tratar à parte, de modo especial; particularizar. 2. Dedicar-se a uma especialidade.

Conclui-se que a especialização do Praça Bombeiro-Militar está ligada às necessidades da corporação em obter um profissional preparado e capacitado para realizar atividades de destaque.

Contudo, tem-se observado que o curso destinado à especialização do Praça Bombeiro tem apresentado currículo semelhante ao currículo destinado à formação deste mesmo Praça, demonstrando assim não cumprir os princípios básicos de objetividade, progressividade e continuidade.

Diante disso, os cursos de especialização destinados aos Praças BM devem sofrer reformulação de conteúdo com certa brevidade, pois correm risco de tornarem-se monótonos para os instrutores que passarão a repetir ensinamentos e sem motivação para os alunos que irão à sala de aula para rever conteúdos do passado.

Desta forma, merece atenção o seguinte pensamento: O ensino do Corpo de Bombeiros deve sofrer uma atualização urgente, pois se demonstra extenso e repetitivo, bem como deve-se criar uma Proposta Pedagógica a fim de ser transformada em Diretriz. E assim, somente poderá ser alterada mediante estudo, justificativa e alteração da presente Diretriz, para então ser implantado o novo currículo, visto que pela necessidade e expectativa de ser formar cada vez melhor o

Praça BM, os currículos de formação sofreram acréscimo de conteúdo e carga horária, resultando na transferência dos principais assuntos contidos nos cursos de especialização. Assim, os cursos de especialização, tornaram-se repetição dos “principais momentos da formação”.

Então, devemos ter cursos de especialização mais objetivos, com menor tempo de duração e voltados para o interesse da corporação e necessidade da sociedade, destinando-se um ou outro para atender aos interesses pessoais na obtenção de pontos e / ou percentuais sobre soldo, até que se mude o respectivo Código de Vencimento e Vantagens da PMPR.

Com as perspectivas citadas acima, poderão realizar os demais cursos que a corporação necessita, haja vista o crescimento das cidades, população e por fim, das atividades do próprio Corpo de Bombeiros. Ou seja, hoje se faz necessária a ativação do curso de mergulhador e de prevenção e combate a incêndios florestais, criação do curso para atendimento a produtos perigosos e gestores de bombeiro comunitário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento do trabalho, pôde-se verificar a evolução havida na formação e especialização do Praça Bombeiro-Militar ao longo da história, sendo que tal evolução é creditada às necessidades da obtenção cada vez maior de uma tropa aprimorada e especializada.

Paralelo a estas necessidades, o ensino militar deve atender às determinações da legislação que balizam as condutas a serem seguidas, porém, nem sempre as Leis, Normas e Diretrizes acompanham a evolução necessária do ensino, como visto no caso do Regulamento do Centro de Formação e Aperfeiçoamento da PMPR, decretado em 1.961 e que hoje se encontra totalmente inviável em ser seguido e aplicado visando a um ensino de qualidade.

Percebe-se também, por meio da mídia, a realidade do problema envolvendo o volume de serviços que acomete as diversas unidades operacionais do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, em que a especialidade do bombeiro e sua presença na missão fim são cada vez mais imprescindíveis.

Quanto aos cursos de formação destinados aos Praças Bombeiros-Militares, observa-se que na fase inicial (formação de Soldados) o programa apresenta-se de certa forma longo em relação às expectativas da corporação e do próprio aluno. Contudo, tal período é perfeitamente justificado diante da intenção em se formar um soldado com o maior conhecimento possível das atividades de bombeiro, porém, conforme apresentado anteriormente, detecta-se certa quantidade de ensinamentos que são pertinentes aos cursos de formação de Cabos ou Sargentos, ou ainda, pertinentes aos cursos de especialização ofertados anualmente pela corporação, desta forma, tornando a especialização sem objetivos claros.

Neste contexto, os cursos de especialização, acompanhando as necessidades da corporação quanto aos objetivos e necessidades, vem sofrendo sensível readequação, ano a ano, contudo, esbarra-se na duração que os mesmos deveriam ter em relação ao tempo que se destinam, haja vista a legislação que trata dos vencimentos e vantagens, quando se refere ao fato de que somente cursos com mais de quatro meses de duração são merecedores de gratificação sobre o soldo,

fator este que inviabiliza a abertura do curso pela não disponibilidade de tempo para sua execução.

Desta forma, o presente estudo estabelece que os programas de formação e especialização do Praça BM devem sofrer readequação, pelos motivos mais diversos já apresentados. Faz-se pertinente que seja nomeada uma comissão para que sejam analisados os Planos de Matéria de cada disciplina em cada curso, a fim de ser verificado quanto aos objetivos gerais e específicos no tocante às possíveis repetições de conteúdo, e ainda à atualização dos mesmos, visando ao atendimento dos princípios norteadores quais sejam: objetividade, progressividade, continuidade, flexibilidade, produtividade, oportunidade e iniciativa.

6.1 Propostas

No escopo do entendimento formado ao longo do trabalho surgem algumas sugestões, que se dirigem no sentido de assessoramento ao comando no que tange a estratégias de formação e especialização do Praça Bombeiro-Militar.

Tomando-se como base a legislação vigente, faz-se necessário a designação de uma comissão de estudos, a qual propõe-se que seja chefiada pela BM/3, a fim de ser implantada uma Proposta Pedagógica aos cursos da Corporação.

Diante ainda do presente estudo, ressalta-se que os cursos de especialização, apresentam plenas condições de serem realizados em tempo inferior a quatro meses, salvo o de Condutor de Viatura Policial Militar (regido por legislação específica). Desta forma, os demais anseios da corporação, com relação a outros cursos, poderão ser programados.

Quanto aos cursos de formação de Cabos e Sargentos, os mesmos recentemente passaram por readequação, tornando-os mais objetivos e compactos sem contudo perder qualidade, porém, existe a necessidade de um estudo quanto à atual carga horária da formação do soldado, visto que hoje são ministrados 1.292 (mil duzentas e noventa e duas) horas aula, num período de 9 (nove) meses; nesse

aspecto, conclui-se ser em demasia perante as disciplinas e temas, os quais apresentam objetivos semelhantes aos demais cursos de formação e especialização.

Como complemento para melhor qualificação do profissional bombeiro, o desenvolvimento de um projeto na área do ensino é algo viável para obtenção de investimento financeiro por parte do Sistema Único de Segurança Pública, em que se podem celebrar convênios com outras instituições para instruções específicas nas áreas em que o conhecimento de tal natureza não possa ser suprido por Oficiais Bombeiros-Militares.

Enfim, o presente trabalho buscou apresentar as necessidades de uma readequação dos Programas de Formação e Especialização do Praça Bombeiro-Militar. Verificou-se que o nosso ensino está no caminho correto, basta apenas acompanhar a evolução global. E nesse caminho, sempre se denotou a dedicação das pessoas que fizeram e fazem do ensino militar o orgulho que temos hoje.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura.** Metodologia para elaboração e revisão de currículos. Rio de Janeiro, 1978.

BRASIL. **Portaria N.º 397, de 09 de outubro de 2002.** Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002. Brasília 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio – **O Dicionário da língua portuguesa.** Dicionário eletrônico, Século XXI, versão 3.0, Lexikon Informática, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. (CD)

PARANÁ. **Constituição do Estado do Paraná.** Curitiba, 1989.

PARANÁ. **Lei N.º 1.943, de 23 de junho de 1954.** Código da Polícia Militar do Estado do Paraná. Curitiba, 1954.

PARANÁ. **Lei N.º 5.940, de 08 de maio de 1969.** Dispõe sobre promoção de Praças. Curitiba, 1969.

PARANÁ. **Lei N.º 6.774, de 08 de janeiro de 1976.** Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Paraná. Curitiba, 1976.

PARANÁ. **Decreto N.º 4.509, de 21 de outubro de 1961.** Aprova o Regulamento do Centro de Formação e Aperfeiçoamento (RFCA). Curitiba, 1961.

PARANÁ. **Decreto N.º 1.080, de 14 de abril de 2003.** Regula o Curso de Formação de Oficiais, Sargentos, Cabos e Soldados. Curitiba, 2003.

PRESTES, Samuel. **Análise da Formação do Soldado Bombeiro Militar.** São José dos Pinhais, 2005. (Monografia). Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais.

APÊNDICE -**QUESTIONÁRIO****Alunos do CFS e CFSd/ 2006**

Questionário para monografia do CAO/06 com o tema relativo à programa de formação e especialização do Praça Bombeiro Militar.

Instruções: 1- não há necessidade de identificar-se;

2- leia com atenção antes de preencher;

3- responda com sinceridade e analise bem cada uma das questões;

4- marque com X apenas uma alternativa;

5- não deixe nenhuma pergunta sem resposta.

1) Para o desempenho das atividades Bombeiro-Militar que você irá executar, os conhecimentos ministrados durante o curso foram:

a. () além do necessário;

b. () suficientes;

c. () insuficientes.

2) A duração (tempo) do curso que você freqüentou, em relação ao currículo, foi:

a. () longo demais;

b. () ideal;

c. () reduzido.

ANEXO

**PLANOS DE MATÉRIA DA DISCIPLINA DE SALVAMENTO AQUÁTICO, PARA
OS CURSOS DE FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DOS PRAÇAS BM**

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

CORPO DE BOMBEIROS

CENTRO DE ENSINO E INSTRUÇÃO

CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS BOMBEIROS MILITARES

SALVAMENTO AQUÁTICO - **CARGA HORÁRIA: 35 Horas**

PLANO DE MATÉRIA

1. OBJETIVOS PARTICULARES DA MATÉRIA NO CURSO:

- Desenvolver conhecimentos e condições que capacitem os alunos a realizar salvamentos aquáticos em operações de emergência:

2. UNIDADES DIDÁTICAS

UNIDADE I - Conceito e Considerações de Salvamento Aquático		CARGA HORÁRIA: 07 horas	
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº de Sessões	Processo Ensino Meios Auxiliares
1. Conceito e abrangência da atividade.	<ul style="list-style-type: none"> - Conceituar a atividade de salvamento aquático. - Descrever as operações comumente realizadas pelo CB; - Descrever o embasamento legal para a atividade de Salvamento Aquático. 	01	P Quadro de giz
2. Salvamento empregando o homem;	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer e identificar todos os meios válidos para salvamento aquático. - Identificar e reconhecer os fenômenos marítimos e suas implicações para a realização do Salvamento Aquático. - Identificar e reconhecer os fenômenos em rios, lagos/represa e suas implicações para a realização do Salvamento Aquático. 	03	P Quadro de giz Retroprojektor
3. Flutuabilidade do Corpo Humano (em água doce e salgada)	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar o a capacidade de flutuação do corpo humano no meio líquido e da resistência que este oferece quando em deslocamento. 	02	P Quadro de giz Retroprojektor
4. Afogamento	<ul style="list-style-type: none"> - Conceituar e descrever os tipos de Afogamento e os efeitos que cada um traz para o organismo 	01	P Quadro de giz Retroprojektor

UNIDADE II – Materiais e Equipamentos de Salvamento Aquático		CARGA HORÁRIA: 05 horas	
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº de Sessões	Processo Ensino Meios Auxiliares
1 - Materiais de Salvamento Aquático.	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer e saber utilizar os Materiais e Equipamentos empregados para o Salvamento Aquático. 	01	P D EI Quadro de giz Retroprojektor Piscina
2. – Embarcações a remo e motorizadas;	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e manejar com destreza embarcações a remo; - Identificar o princípio de funcionamento, manejo e manutenção de 1º Escalão de embarcações motorizadas; - Identificar os tipos de propulsão e demonstrar capacidade de manobras com embarcações motorizadas. 	04	P D EI Lagos/Represa Mar

UNIDADE III – Exercícios e Treinamento para a Aprendizagem das Técnicas de Salvamento Aquático		CARGA HORÁRIA: 22 horas	
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº de Sessões	Processo Ensino Meios Auxiliares
1. Readaptação ao meio líquido e adaptação às nadadeiras; Atividades em apnéia e Atividade de judô aquático;	- Realizar travessias, empregando nadadeiras; - Realizar exercícios de busca de objetos no fundo de piscina e de percorrer submerso 25 metros em apnéia;	04	P.D.EI Piscinas, nadadeiras
2. Técnicas de entrada na água e de retirada de vítimas em piscina e em planos elevados (trampolins, pedras, barrancos etc.)	- Reconhecer e realizar os diversos tipos de entrada na água e retirada de vítimas;	02	P D EI Piscina
3. Abordagem de Vítimas, Técnicas de Judô Aquático, de Reboque e de transporte.	- Reconhecer as diferentes técnicas de Judô Aquático e realizar exercícios simulados de abordagem de vítimas e reboque	08	P D EI Piscina Lagos/Represa
4. Exercícios com Simulação de Salvamentos de vítimas em piscinas, lagos, rios e mar.	- Identificar e realizar todas as técnicas de Judô Aquático, desde abordagem de vítimas e reboque, simulando estas situações em rios lagos/represas e mar. - Reconhecer as dificuldades existentes nos diversos tipos de meio líquido para a consecução do salvamento; - Realizar travessias e exercícios simulados de salvamento aquático com a utilização de bóias e outros meios de fortuna.	08	P D EI Rios Lagos/Represa Mar

3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

PROCESSO DE AVALIAÇÃO	INSTRUMENTOS DE MEDIDA		UD AVALIADAS
	TIPOS DE PROVA	TEMPO DESTINADO	
VERIFICAÇÃO CORRENTE	PROVA ESCRITA 30 % E PRÁTICA 70 %.	1 H (Prova Escrita)	I II e III

OBS: O tempo destinado à Avaliação Prática da Aprendizagem está incluído nas referidas Unidades Didáticas, em virtude do Instrutor avaliar os alunos durante a execução dos exercícios individuais e em grupo.

4. BIBLIOGRAFIA

- a. Livro(s) Texto (s):
 - Os manuais do Corpo de Bombeiros da Federação.
- b. Bibliografia recomendada aos docentes:
 - Manual de Salvamento em Praia, Maj QOBM Fredy Weigert
 - Manual da Reciclagem de Guarda-Vidas, CCB/CEI 200, 1ª Edição.
 -
- c. Bibliografia recomendada aos discentes:
 - Manual de Salvamento em Praia, Maj QOBM Fredy Weigert
 - Manual da Reciclagem de Guarda-Vidas, CCB/CEI 200, 1ª Edição.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
CORPO DE BOMBEIROS
CENTRO DE ENSINO E INSTRUÇÃO

CURSO DE FORMAÇÃO DE CABOS BOMBEIROS MILITARES
SALVAMENTO AQUÁTICO - CARGA HORÁRIA: 15 horas

PLANO DE MATÉRIA

1. OBJETIVOS PARTICULARES DA MATÉRIA NO CURSO:
 - a. Aprimorar as técnicas de salvamento em meio líquido, dando ênfase em situações de praia e mar;
 - b. Ampliar aspectos de prevenção aos acidentes em meio líquido.

2. UNIDADES DIDÁTICAS.

UNIDADE I - FUNDAMENTOS DO SALVAMENTO AQUÁTICO.				CARGA HORÁRIA: 04 horas.	
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº de Sessões	Processo de Ensino	Meios Auxiliares	
1. FASES E PROCEDIMENTOS BÁSICOS DURANTE O SALVAMENTO AQUÁTICO.	<ul style="list-style-type: none"> - Distinguir as fases do salvamento aquático: localizar a vítima, acessá-la, abordá-la e retirá-la; - Executar: a entrada na água, a equipagem, o nado de deslocamento, o nado de aproximação, a avaliação da(a) vítima(s), estando consciente(s) ou não, a abordagem com ou sem canivete, com ou sem judô aquático, as pegadas com ou sem ski-belt, os reboques com ou sem material flutuante e os tipos de retirada da água; - Improvisar meios auxiliares de flutuação (bóia-calça) e reboque (corda com nó baixo pelo seio). 	04	D EI EC	Piscina.	
INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS: O Instrutor deverá fazer com que todos os alunos compreendam e pratiquem exaustivamente em piscina todas as fases e procedimentos, com as suas variações. Sempre prevendo a variação no tipo e disponibilidade de equipamento, no número de vítimas e seu estado de consciência.					
UNIDADE II - PRÁTICA EM MAR.				CARGA HORÁRIA: 08 horas	
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº de Sessões	Processo de Ensino	Meios Auxiliares	
1. ASPECTOS QUANTO À PREVENÇÃO EM PRAIA E ORIENTAÇÃO AOS BANHISTAS.	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o fenômeno das marés, ondas e correntes; • Compreender os riscos a que os banhistas estão submetidos quando em lazer na praia; • Compreender como realizar a prevenção com placas, orientação aos banhistas; • Saber como proceder com relação às situações envolvendo: crianças perdidas, animais na praia, vítima recém afundada, solicitação de apoio ao Qtel, etc. 	02	D EI	Praia, placas, apitos, etc.	
2. PRÁTICA DE NATAÇÃO (TRAVERSIA 500m) E FLUTUAÇÃO EM MAR (15 min).	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir confiança para missões que envolvam grandes deslocamentos em água e flutuação de emergência. 	02	EI EC	Mar, embarcações de segurança.	
3. PRÁTICA NA ZONA DA ARREBENTANÇA, UTILIZAÇÃO DE EMBARCAÇÃO E AERONAVE.	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir habilidades para transpor a arrebenção com ou sem vítima e com ou sem equipamentos; • Familiarizar-se com o apoio de embarcação e aeronave. 	04	EI EC		

3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO (Tipo de Verificação)	INSTRUMENTO DE MEDIDA		U D AVALIADAS
	TIPO DE PROVA	TEMPO DESTINADO	
VERIFICAÇÃO CORRENTE	Prova 100% prática, conforme especificação da VC abaixo.	03 H	I, II.

4. ESPECIFICAÇÃO DA VC.

- Local a ser realizada: Praia Mansa de Caiobá, Município de Matinhos-PR, devendo estar garantidas as condições de visualização e segurança do aluno;
- Equipamento: o aluno realizará a VC individualmente, e deverá contar para isto com o uniforme de Guarda-Vidas, 01 (um) par de nadadeiras, e 01 (UM) ski-belt;
- "Tempo Base": o instrutor da matéria, o monitor ou um Guarda-Vidas, em boas condições físicas e técnicas, executará, minutos antes da VC, todos os passos desta como se fosse um aluno. O tempo total gasto por este elemento será o TEMPO BASE, com arredondamento dos segundos para o minuto acima.
- Descritivo da prova: dado o apito de início, e iniciando-se a contagem do tempo, o aluno deverá correr por 100 (cem) metros paralelamente à praia, portando todo o equipamento, fazer sua entrada na água, equipar-se, efetuar o nado de deslocamento, efetuar o nado de aproximação, abordar uma "vítima" que deverá estar "inconsciente" e a aproximadamente a 100 (cem metros) do início do espelho d'água. Chegando na vítima o aluno deverá abordá-la e passar-lhe o ski-belt, mantendo-lhe as vias aéreas desobstruídas e levantando o punho cerrado, indicando final da prova e fechamento do tempo.
- Nota da VC será dada pelo exemplo e tabela a seguir:
- O tempo do aluno será sempre dado em minutos fechados com arredondamento dos segundos para o minuto abaixo. Ex.: se o aluno executou a VC em 15 minutos e 42 segundos seu tempo, para efeito de nota final, será de 15 minutos fechados.
- A nota da VC seguirá a tabela abaixo:

b.	TEMPO EM PORCENTAGEM RELACIONADO AO TEMPO BASE.	NOTA FINAL DA VC.
	MENOR OU IGUAL A 100% DO TEMPO BASE (TB).	10,0
	MAIOR QUE 100% E MENOR QUE 125% DO TB.	9,0
	ENTRE 125% E MENOS QUE 145% DO TB.	8,0
	ENTRE 145% E 155% DO TB.	7,0
	MAIOR QUE 155% E MENOR QUE 175% DO TB.	5,0
	ENTRE 175% E 200% DO TB.	3,5
	MAIOR QUE 200% DO TB.	0,0

5. BIBLIOGRAFIA.

- a. Livro(s) Texto(s):
 - MANUAL DA RECICLAGEM DE GUARDA VIDAS. Parte I – Salvamento Aquático. CEI/CCB. 1ª Ed. 2000.
- b. Bibliografia recomendada aos docentes:
 - Os Livros Textos.
- c. Bibliografia recomendada aos discentes:
 - Notas de aula a serem distribuídas pelo instrutor;
 - Os Livros Textos.
- d. Outros documentos que devam ser consultados:
 - Publicações abordando os assuntos previstos.
- e. Sites de interesse:

www.ilisf.org

www.szpliman.com

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

CORPO DE BOMBEIROS

CENTRO DE ENSINO E INSTRUÇÃO

**CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS BOMBEIROS MILITARES
SALVAMENTO AQUÁTICO - CARGA HORÁRIA: 20 Horas**

PLANO DE MATÉRIA

1. OBJETIVOS PARTICULARES DA MATÉRIA NO CURSO:

- Desenvolver conhecimentos e condições que capacitem os alunos a coordenar e realizar salvamentos aquáticos em operações de emergência.

2. UNIDADES DIDÁTICAS

UNIDADE DIDÁTICA I – Conceito e Considerações de Salvamento Aquático		CARGA HORÁRIA: 04 HORAS	
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº de Sessões	Processo de Ensino
1. Conceito e abrangência da atividade	Conceituar a atividade de salvamento aquático. Descrever as operações comumente realizadas pelo CB. Descrever o embasamento legal para a atividade de salvamento aquático.	02	P
2. Considerações gerais: Salvamento empregando o homem; embarcações, cordas, objetos flutuantes, convencionais e de fortuna.	- Conhecer e identificar todos os meios válidos para salvar uma vítima em água;		P
3. Meio líquido: - O mar (fenômeno das marés); águas paradas (represas, cavas de areia e similares), águas correntes (rios e baías).	- Conhecer as implicações do salvamento aquático nos diferentes meios líquidos.		P
4. Afogamento e reabilitação de vítima:	Identificar os procedimentos e técnicas para reabilitar vítimas de afogamento; Descrever as operações comumente realizadas pelo CB.	02	P D EI
			Quadro de giz. Retroprojetor Piscina Material - S.A.

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

A presente UD deverá ser desenvolvida com Palestra, bem como com filmes VHS.

UNIDADE II – MATERIAL DE SALVAMENTO AQUÁTICO		CARGA HORÁRIA: 02 horas	
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº de Sessões	Processo de Ensino
1. NADADEIRA, CINTO DE SALVAMENTO AQUÁTICO, COLETE SALVA-VIDAS, CABOS E BÓIAS.	• Identificar e manejar com destreza o material de salvamento aquático.	01	P
3. EMBARCAÇÃO MOTORIZADA: - Barco inflável	- Utilização e formas de abordagem com o barco inflável no Salvamento Aquático.	01	P D, E I
			Meios Auxiliares Material Material Represas, lagos

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

- A presente UD deverá ser desenvolvida com Palestra e Demonstração de viaturas materiais e equipamentos.

UNIDADE III – Exercícios e Treinamento para a Aprendizagem das Técnicas de Salvamento Aquático		CARGA HORÁRIA: 07 horas		
ASSUNTOS		Nº de Sessões	Processo Ensino	Meios Auxiliares
1. Adaptação e uso dos equipamentos de salvamento aquático.	<ul style="list-style-type: none"> - Empregar e usar corretamente os equipamentos de salvamento aquático (nadadeiras, cinto de salvamento aquático, bóias e meios de fortuna); - Realizar travessias, empregando nadadeiras; 	03	P.D.EI	Equipamentos, Piscina, lagos, represas, mar...
2. Técnicas de entrada na água, abordagem, judô aquático e de reboque de vítimas em: piscina, planos elevados (trampolins, pedras, barrancos...) e águas abertas (lagos, represas, mar...)	<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecer e realizar os diversos tipos de entrada na água, conforme a situação exigir; - Executar as técnicas de abordagem à vítima e judô aquático; - Reconhecer e realizar todas as técnicas de reboque, retirada e transporte de vítima de afogamento, conforme a situação exigir. 	04	P D EI	Equipamentos, Piscina, mar...

UNIDADE IV – Exercícios simulados de salvamento aquático

UNIDADE IV – Exercícios simulados de salvamento aquático		CARGA HORÁRIA: 06 horas		
4. Exercícios com simulação de salvamentos de vítimas em piscinas e mar.	<ul style="list-style-type: none"> - Identificar e realizar todas as técnicas de Judô Aquático, desde abordagem de vítimas e reboque, simulando estas situações e mar. - Realizar travessias e exercícios simulados de salvamento aquático com a utilização aeronaves, embarcações e demais equipamentos de salvamento aquático, bem como com meios de fortuna. 	06	P D EI	Materiais, Equipamentos, Piscina, mar...

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

- A presente UD deverá ser apresentada de forma expositiva, com demonstração e exercícios individuais, empregando todos os meios, materiais e equipamentos empregados pelo CB/PMPR, para realização de salvamento aquático.

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

- A presente UD deverá ser apresentada de forma expositiva, com demonstração e exercícios individuais.

3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

PROCESSO DE AVALIAÇÃO	INSTRUMENTOS DE MEDIDA		UD AVALIADAS
	TIPOS DE PROVA	TEMPO DESTINADO	
VERIFICAÇÃO CORRENTE	PROVA ESCRITA (30% da nota)	1h	I e II
	PROVA PRÁTICA (70 % da nota)	Conforme observação abaixo	III e IV

OBS.: - O tempo destinado à Avaliação Prática está incluído nas referidas Unidades Didáticas, em virtude do Instrutor avaliar os alunos durante a execução dos exercícios individuais e em grupo.

- A avaliação prática deverá ser de acordo com o modelo de Ficha de Avaliação Prática da NOTARA – DE/PM/PR.

4. BIBLIOGRAFIA

- a. Livro(s) Texto (s):
- b. Bibliografia recomendada aos docentes:
 - MANUAL DO GUARDA-VIDAS CIVIL – 2000 – 1ª Ed.
- c. Bibliografia recomendada aos discentes:
 - MANUAL DO GUARDA-VIDAS CIVIL – 2000 – 1ª Ed.
- d. Outros documentos que devam ser consultados:
 - Publicações a respeito dos assuntos abordados.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
CORPO DE BOMBEIROS
CENTRO DE ENSINO E INSTRUÇÃO

CURSO DE GUARDA - VIDAS

SALVAMENTO AQUÁTICO - CARGA HORÁRIA: 60 Horas

PLANO DE MATÉRIA

1. OBJETIVOS PARTICULARES DA MATÉRIA NO CURSO:
Desenvolver conhecimentos e condições que capacitem os alunos a coordenar e realizar salvamentos aquáticos em operações de emergência.

2. UNIDADES DIDÁTICAS

UNIDADE DIDÁTICA I – Conceito e Considerações de Salvamento Aquático		CARGA HORÁRIA: 10 HORAS		
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº de Sessões	Processo Ensino	Meios Auxiliares
1. Conceito e abrangência da atividade	<ul style="list-style-type: none"> • Conceituar a atividade de salvamento aquático; • Descrever as operações comumente realizadas pelo CB; • Descrever o embasamento legal para a atividade de salvamento aquático. 	01	P	Quadro negro, giz; Vídeo/TV
2. Considerações gerais: Salvamento empregando o homem; embarcações, cordas, objetos flutuantes, convencionais e de fortuna.	- Conhecer e identificar todos os meios válidos para salvar uma vítima no meio líquido.	02	P	Quadro negro, giz; Vídeo/TV
3. Meio líquido: - O mar (fenômenos marítimos); águas paradas (represas, cavas de areia e similares), águas correntes (rios e baías).	- Conhecer as implicações do salvamento aquático nos diferentes meios líquidos.	04	P	Quadro negro, giz; Vídeo/TV
4. Flutuabilidade do Corpo Humano (em água doce e salgada) - Hidrodinâmica.	- Identificar a capacidade de flutuação do corpo humano no meio líquido e da resistência que este oferece quando em deslocamento.	01	P	Quadro de giz Retroprojektor Vídeo/TV
5. Afogamento e reabilitação de vítima:	- Identificar o procedimento padrão nas diversas situações, diferenciando afogamento por água doce e água salgada e os efeitos que cada tipo traz ao organismo.	02	P D EI	Quadro de giz. Retroprojektor Piscina Material - S.A.
INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS • A presente UD deverá ser desenvolvida com Palestra, bem como com filmes VHS.				
UNIDADE II – MATERIAL DE SALVAMENTO AQUÁTICO		CARGA HORÁRIA: 08 horas		
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº de Sessões	Processo de Ensino	Meios Auxiliares
1. NADADEIRA, CINTO DE SALVAMENTO AQUÁTICO, COLETE SALVA-VIDAS, CABOS E BÓIAS.	• Identificar, realizar a manutenção e acondicionar corretamente o material de salvamento aquático.	01	P	Material
2. EMBARCAÇÃO A REMO: - Barco inflável	• Identificar, realizar a manutenção e acondicionar corretamente as embarcações a remo.	01	P D, E I	Material Represas, lagos, mar.
3. EMBARCAÇÃO MOTORIZADA:	• Identificar o princípio de funcionamento, manejo e	06	P	Material

- Barco inflável com motor de popa.	manutenção de 1º escalão de embarcações motorizadas; • Identificar os tipos de propulsão e demonstrar capacidade de manobras com embarcações motorizadas.	D, E, I	Represas, lagos, mar.
-------------------------------------	--	---------	-----------------------

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

- A presente UD deverá ser desenvolvida com Palestra e Demonstração de viaturas materiais e equipamentos.

UNIDADE III – Exercícios e Treinamento para a Aprendizagem das Técnicas de Salvamento Aquático		CARGA HORÁRIA: 12 horas	
ASSUNTOS		Nº de Sessões	Meios Auxiliares
1. Adaptação e uso dos equipamentos de salvamento aquático.	- Empregar e usar corretamente os equipamentos de salvamento aquático (nadadeiras, cinto de salvamento aquático, cabos, bóias e meios de fortuna); - Realizar travessias, empregando nadadeiras;	04	Equipamentos, Piscina, lagos, represas, mar...
2. Técnicas de entrada na água, abordagem, judô aquático e de reboque de vítimas em: piscina, planos elevados (trampolins, pedras, barrancos...) e águas abertas (lagos represas, mar...)	- Reconhecer e realizar os diversos tipos de entrada na água, conforme a situação exigir; - Executar as técnicas de abordagem à vítima e judô aquático; - Reconhecer e realizar todas as técnicas de reboque, retirada e transporte de vítima de afogamento, conforme a situação exigir.	08	Equipamentos, Piscina, lagos, represas, mar...

UNIDADE IV – Exercícios simulados de salvamento aquático

UNIDADE IV – Exercícios simulados de salvamento aquático		CARGA HORÁRIA: 30 horas	
1. Exercícios com simulação de salvamentos de vítimas em piscinas, lagos, rios e mar.	- Identificar e realizar todas as técnicas de Judô Aquático, desde abordagem de vítimas e reboque, simulando estas situações em rios lagos/represas e mar. - Reconhecer as dificuldades existentes nos diversos tipos de meio líquido para a consecução do salvamento; - Realizar travessias e exercícios simulados de salvamento aquático com a utilização aeronaves, embarcações e demais equipamentos de salvamento aquático, bem como com meios de fortuna.	30	Materiais, Equipamentos, Piscina, lagos, represas, mar...

INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS

- A presente UD deverá ser apresentada de forma expositiva, com demonstração e exercícios individuais, empregando todos os meios, materiais e equipamentos empregados pelo CB/PMPR, para realização de salvamento aquático.

3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

PROCESSO DE AVALIAÇÃO	INSTRUMENTOS DE MEDIDA		UD AVALIADAS
	TIPOS DE PROVA	TEMPO DESTINADO	
1ª VERIFICAÇÃO CORRENTE	PROVA ESCRITA (50% da nota)	1 H	I e II
	PROVA PRÁTICA (50 % da nota)	Conforme observação abaixo.	II
2ª VERIFICAÇÃO CORRENTE	PROVA PRÁTICA	Conforme observação abaixo.	III

OBS:

- O tempo destinado às Avaliações Práticas das UD II, III e IV está incluído nas referidas Unidades Didáticas, em virtude do Instrutor avaliar os alunos durante a execução dos exercícios individuais e em grupo;
- A avaliação prática deverá ser de acordo com o modelo de Ficha de Avaliação Prática da NOTARA – DE/PMMPR;
- Além das Verificações Corrente acima prescritas, esta disciplina terá a Verificação de Habilidade Específica, com o objetivo de verificar o atendimento de pré-requisitos que possibilite ao aluno passar para a 2ª fase do curso, conforme prescreve o Plano de Curso.

4. BIBLIOGRAFIA

- Livro(s) Texto (s):
- Bibliografia recomendada aos docentes:
 - Os livros textos.
- Bibliografia recomendada aos discentes:
 - Notas de aula a serem distribuídas pelo instrutor.
- Outros documentos que devam ser consultados:
 - Publicações a respeito dos assuntos abordados.

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

CORPO DE BOMBEIROS

CENTRO DE ENSINO E INSTRUÇÃO

CURSO DE OPERAÇÕES DE BUSCA E SALVAMENTO

SALVAMENTO AQUÁTICO - **CARGA HORÁRIA: 40 Horas**

PLANO DE MATÉRIA

1. OBJETIVOS PARTICULARES DA MATÉRIA NO CURSO:

- Desenvolver conhecimentos e condições que capacitem os alunos a realizar salvamentos aquáticos em operações de emergência:

2. UNIDADES DIDÁTICAS

UNIDADE I - SALVAMENTO AQUÁTICO: OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE DIDÁTICA: O Aluno será capaz de : - Conhecer as técnicas convencionais de salvamento aquático; - Simular ações de salvamento aquático, em piscina.		CARGA HORÁRIA: 40 horas		
ASSUNTOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Nº de Sessões	Processo de Ensino	Meios Auxiliares
1. Considerações gerais: Salvamento empregando o homem; embarcações, cordas, objetos flutuantes, convencionais e de fortuna.	O Aluno será capaz de: - Conhecer e identificar todos os meios válidos para salvar uma vítima em água;	4	P	Quadro negro, giz
2. O meio líquido: - O mar (fenômenos marítimos); águas paradas (represas, cavas de areia e similares), águas correntes (rios e baías).	- Conhecer as implicações do salvamento aquático nos diferentes meios líquidos	2	P	Quadro negro, giz
3. Qualidades e conhecimentos necessários ao homem para o salvamento aquático: coragem, conhecer as técnicas de abordagem, reboque, e de domínio de vítima (judô aquático).	- Identificar as qualidades e conhecimentos necessários ao homem de salvamento aquático..	2	P	Quadro negro, giz
4. Atividades práticas em piscinas: - readaptação ao meio líquido e adaptação às nadadeiras; - atividades em apnéia; - atividade de judô aquático; - atividade de simulação de salvamento;	- Ser capaz de nadar, empregando nadadeiras - cumprir tarefas de buscar objetos no fundo da piscina e de percorrer submerso 25 metros no mínimo; - ser capaz de demonstrar as saídas convencionais	16	P.D.EI	Piscinas, nadadeiras
5. Atividades práticas no litoral: - Os fenômenos marítimos; - Alagamares e puxadas na praia; - Demonstrar salvamento de vítima em praia.	O Aluno será capaz de: - Em duplas realizar a simulação de salvamento; - Identificar fenômenos marítimos, alagamares e puxadas de praia.	16	P.D.EI	Litoral e nadadeiras

3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

PROCESSO DE AVALIAÇÃO	INSTRUMENTOS DE MEDIDA		UD AVALIADAS
	TIPOS DE PROVA	TEMPO DESTINADO	
VERIFICAÇÃO ESPECIAL	PROVA ESCRITA E PRÁTICA	H H	I, II e III
VERIFICAÇÃO CORRENTE	PROVA ESCRITA E PRÁTICA		IV e V

4. BIBLIOGRAFIA

- a. Livro(s) Texto (s):
- b. Bibliografia recomendada aos docentes:
 - Os livros textos.
- c. Bibliografia recomendada aos discentes:
 - Notas de aula a serem distribuídas pelo instrutor.
- d. Outros documentos que devam ser consultados:
 - Publicações a respeito dos assuntos abordados.